



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026/FESPDS/PA

Promotor: Estado do Pará Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social -FESPDS/PA	
CNPJ nº. 35.516.470/0001-97	
Objeto: Aquisição de macacão de voo luvas de voo e cobertura, tipo boné, para atender as necessidades do Grupamento Aéreo do Estado do Pará, conforme as quantidades e especificações contidas no Termo de Referência, oriundo do Termo de Adesão n ° 28/2021.	
Método de disputa: <input checked="" type="checkbox"/> Aberto	
Critério de julgamento: Menor Preço Lote	
Entrega	
<i>Forma</i>	Conforme previsto no Termo de Referência.
<i>Prazo</i>	Conforme previsto no Termo de Referência.
<i>Local</i>	Conforme previsto no Termo de Referência.
Valor total estimado: R\$ 292.338,00 (Duzentos e noventa e dois mil e trezentos e trinta e oito reais)	
<i>Período</i>	12 meses
Pagamento	
<i>Forma</i>	Conforme previsto no Termo de Referência.
<i>Prazo</i>	
Abertura da sessão pública	
	Data: 20/03/2026. Hora: 10h00min. Local: www.gov.br/compras (UASG 928154)



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

CLÁUSULA 1

Promotor do pregão

O PROMOTOR deste pregão é o **ESTADO DO PARÁ**, por intermédio do **Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - FESPDS/Pa**, CNPJ nº. 35.516.470/0001-97, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº. 735, Bairro: São Bráz, Belém/Pa, neste ato representado pelo Secretário Executivo, **FRANCISCO GILVAN LOPES DA NÓBREGA JÚNIOR**, designado pela Portaria nº 042/2025/GAB/SEGUP de 15 de abril de 2025, publicado no D.O.E Nº 36.202, de 17/04/2025.

CLÁUSULA 2

Fundamento legal

A presente licitação será realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO** e observará a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Estadual nº 2.940/2023, Lei Complementar Federal nº 123/06, Portaria nº 032/2026 de 02/03/2026, que designa Autoridade Competente/Homologador, Agentes de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio e demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

CLÁUSULA 3

Objeto

3.1 O objeto desta licitação é Aquisição de macacão de voo luvas de voo e cobertura, tipo boné, para atender as necessidades do Grupamento Aéreo do Estado do Pará, conforme as quantidades e especificações contidas no Termo de Referência, oriundo do Termo de Adesão nº 28/2021, o qual adere a este documento para todos os fins.

3.2 O bem a ser licitado está descrito detalhado no **Anexo I – Termo de Referência**, deste Edital.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

LOTE				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	VL UNITÁRIO ESTIMADO	VL. TOTAL ESTIMADO
01	Macacão de Voo, antichamas, conforme consta no Termo de Referência.	100	R\$ 2.327,30	R\$ 232.730,00
02	Luvas de Voo, antichamas, conforme consta no Termo de Referência.	100	R\$ 459,81	R\$ 45.981,00
03	Boné de Voo Operacional, conforme consta no Termo de Referência.	100	R\$ 136,27	R\$ 13.627,00
VALOR TOTAL LOTE				R\$ 292.338,00

3.3 A licitação observará o seguinte:

☒ Lote, conforme a tabela do item 3.2 deste edital.

CLÁUSULA 4

Condições para participar da licitação

4.1 Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2 O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

4.3 É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

4.4 A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

4.5 Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 8.417/16.

4.6 Não poderão disputar esta licitação:

- a.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- b.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- g.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;
- h.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

4.7 É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

4.8 Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

4.9 O impedimento de que trata a [alínea d do item 4.6](#) será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

4.10 Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as [alíneas b e c do item 4.6](#) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.11 As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

4.12 O disposto nas [alíneas b e c do item 4.6](#) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

4.13 A proibição do [item 4.7](#) também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

CLÁUSULA 5

Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação

5.1 A licitação terá as seguintes fases:

- Apresentação da Proposta;
- Lances;
- Documentos de Habilitação;
- Julgamento das Propostas;
- Habilitação



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

5.2 Os LICITANTES encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

- a. Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- c. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- d. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e. Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4 As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4.1 Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “não” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

5.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “não” apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

5.5 A realização de declarações falsas nos [itens 5.3](#) e [5.4](#) sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

5.6 Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

5.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

5.8 Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

5.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:

- a.** A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*; e
- b.** A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *maior desconto*.

5.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do [item 5.9](#) será **sigiloso** para os demais LICITANTES e para o PROMOTOR, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

5.12 Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

5.13 O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

CLÁUSULA 6

Preenchimento da proposta

6.1 O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

- a. valor do item.
- b. Marca.
- c. Fabricante.
- d. Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do TR.

6.2 O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

6.3 Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do [item 7.13](#).

6.5 Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.6 A apresentação das propostas obrigará cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o TR.

6.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8 Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

- a. Caso o critério de julgamento seja o de *maior desconto*, o preço decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.
- b. O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

1. Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou
2. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

CLÁUSULA 7

Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

- 7.1** A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2** A proposta que identifique o LICITANTE será desclassificada.
- 7.3** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.4** A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.
- 7.5** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.
- 7.6** Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.
- 7.7** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e os LICITANTES.
- 7.8** Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.9** O lance deverá ser ofertado do seguinte modo: **valor total do lote.**
- 7.10** Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 7.11** O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

7.12 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**.

7.13 O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.14. O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:

Modo de Disputa		Regras
<input checked="" type="checkbox"/>	Aberto	<p>a. No modo de disputa aberto, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.</p> <p>b. A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública.</p> <p>c. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.</p> <p>d. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.</p> <p>e. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.</p> <p>f. Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.</p>



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

7.15 Após o término dos prazos estabelecidos no [item 7.14](#), o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente, de valores.

7.16 Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

7.17 Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

7.18 No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20 Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

7.21.1 Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

7.21.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

7.21.3 Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

7.21.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

7.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:

Disputa final

Os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

Avaliação do desempenho contratual prévio

Deverão ser utilizados preferencialmente registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações contratuais prévias.

Desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho

Conforme regulamento.

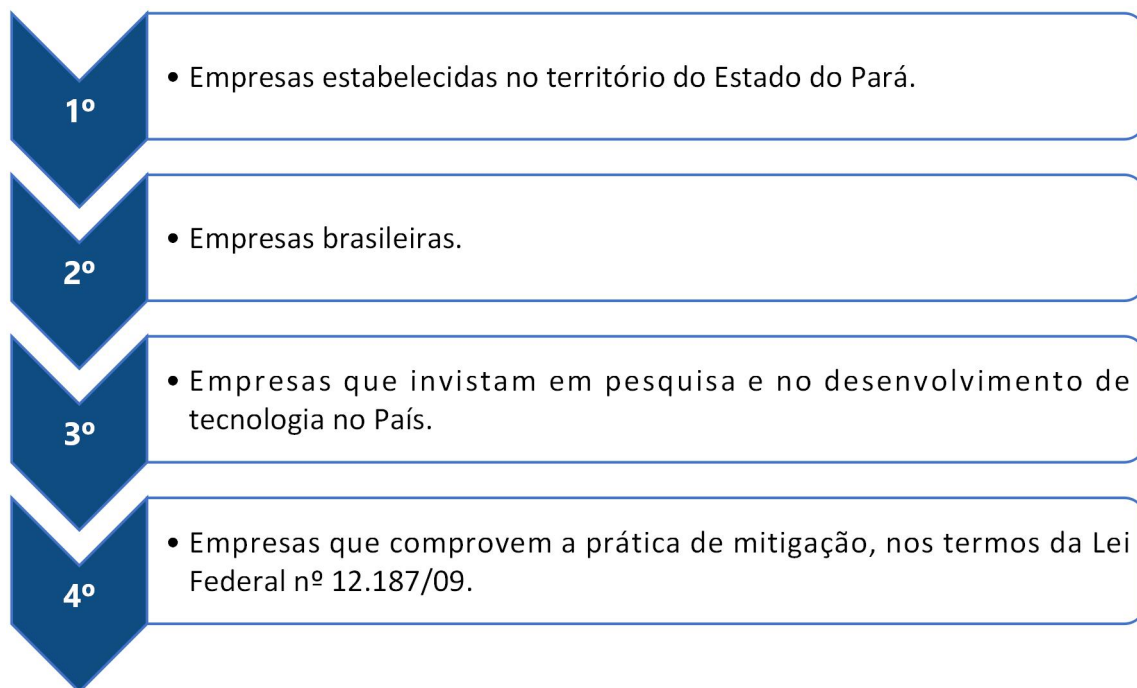
Desenvolvimento de programa de integridade

Conforme orientações dos órgãos de controle.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

7.24 Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:



7.25. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata os itens **7.23** e **7.24**, proceder-se-á o sorteio como critério de desempate no sistema Compras.gov.br, conforme Instrução Normativa nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.26 Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

7.27 Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

7.28 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

7.29 O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

7.30 O PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de **2 horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31 É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

7.32 Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CLÁUSULA 8

Julgamento das propostas

8.1 Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

8.3 Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

- a. A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;
- b. O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

c. Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

8.4 O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade do LICITANTE participar.

8.5 Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz *jus* ao benefício, em conformidade com este Edital.

8.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a. Contiver vícios que não possam ser sanados;
- b. Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;
- c. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e. Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.

8.8 É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o PREGOEIRO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

- a. Verificação se o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e
- b. Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.

8.9 Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexequibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

8.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o LICITANTE poderá ser notificado para comprovar a exequibilidade da proposta.

8.11 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do bem ou da área especializada no objeto.

8.12 Caso o TR exija a apresentação de amostra, o LICITANTE classificado em 1º lugar deverá apresentá-la conforme ali descrito, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença é aberta a todos os LICITANTES e interessados.

8.14 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.15 A proposta do LICITANTE será recusada nos seguintes casos:

- a. Não entrega ou entrega atrasada da amostra, sem que tenha havido justificativa aceita pelo PREGOEIRO; ou
- b. Entrega no prazo, mas fora das especificações previstas no TR.

8.16 Se a amostra apresentada pelo 1º classificado não for aceita, o PREGOEIRO analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo 2º classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no TR.

CLÁUSULA 9

Habilitação

9.1 Os documentos previstos no TR serão exigidos para habilitação do LICITANTE.

9.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

9.4 Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.5 Em caso de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.6. Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.

9.7 Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

9.8 Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.9 Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

9.10 O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

9.11 A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

9.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12 A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo PREGOEIRO constitui prova para fins de habilitação.

9.13 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **no mínimo, 2 horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do PREGOEIRO.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

9.14 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

9.15 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

- a. Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e
- b. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.16 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17 Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no [item 9.14](#).

9.18 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.

9.19 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

Habilitação Jurídica

9.20 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.21 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.22 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

9.23 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.24 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.25 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.26 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.27 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.28 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Regularidade fiscal e trabalhista

9.29 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.30 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.31 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

9.32 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.33 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estado relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.34 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.35 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.36 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira.

9.37 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.38 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.39 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.39.1 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.39.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.39.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

90.39.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped

9.40 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.41 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

9.42 Comprovação de Atestado de Capacidade Técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante prestado satisfatoriamente serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação.

9.43 Para fins de aferimento da qualificação técnica, as empresas interessadas em participar do certame, deverão apresentar Documentos técnicos **conforme especificações detalhadas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.**

CLÁUSULA 10

Adjudicação e homologação

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

10.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

CLÁUSULA 11

Recursos

11.1 A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.2 O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte:

- a.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e
- b.** O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

- a.** Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou
- b.** Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

11.10 Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal ComprasPará.

CLÁUSULA 12

infrações e sanções administrativas

12.1 Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
<p>a. Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame;</p>	
<p>b. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:</p> <p>1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;</p> <p>2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;</p> <p>3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;</p> <p>4. Deixar de apresentar amostra;</p> <p>5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;</p>	<p>Multa</p> <p>0,5% a 15% do valor do contrato licitado.</p> <p><i>e</i></p> <p>Impedimento de licitar e contratar*</p> <p>* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “<i>Declaração de inidoneidade para licitar e contratar</i>”.</p>
<p>c. Não celebrar o contrato ou não</p>	



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;

f. Fraudar a licitação;

g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1. Agir em conluio ou contra a lei;

2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

Multa

15% a 30% do valor do contrato licitado.

e

**Declaração de inidoneidade
para licitar e contratar**

12.2 As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

12.3. As sanções previstas no [item 12.1](#) não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

12.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a.** A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b.** As peculiaridades do caso concreto.
- c.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5 A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.6 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

12.7 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

12.10 A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na [alínea c do item 12.1](#), caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.

12.12 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.13 Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

- a. O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;
- b. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.14 Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

12.15 O recurso a que se refere o [item 12.13](#) deverá ser decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

12.16 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

12.17 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA 13

Impugnação ao edital

13.1 Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

13.2 A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

13.3 A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4 A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, por meio de [definir o meio de recebimento de impugnação ou solicitação de esclarecimento]

13.5 As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

13.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

13.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Dec Estadual nº 2.940, de 2023.

CLÁUSULA 14

Dos Recursos Orçamentários

As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista na classificação abaixo:

Programa de Trabalho: 06.181.1510.8993.10 - Operacionalização das Ações Administrativas

Natureza: 333903023

Fonte: 01759000077 (Recurso Próprio - Ordinário)

02759000077(Recurso Próprio - Superávit)

CLÁUSULA 15

Do Reajuste dos Preços

Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de 12 (doze) meses e serão realizados pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice oficial pertinente a natureza do objeto do contrato.

CLÁUSULA 16

Disposições finais

16.1 A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

16.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PREGOEIRO.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

16.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

16.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6 Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

16.8 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

16.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal ComprasPará.

16.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Modelo de Proposta

ANEXO III - Modelo De Declaração de Sustentabilidade Ambiental

ANEXO IV – Declaração de cumprimento do disposto no § 6º do art. 28º Constituição do Estado do Pará/Emenda Constitucional do Estado do Pará nº. 42/2008.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato

Belém, (PA), 05 de março de 2026.

FRANCISCO GILVAN LOPES DA NÓBREGA JÚNIOR
Secretário Executivo do FESPDS



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

TERMO DE REFERÊNCIA MACACÃO DE VOO Nº 010/2025

1. O QUE SERÁ CONTRATADO?							
Aquisição de macacão de voo luvas de voo e cobertura, tipo boné, para atender as necessidades do Grupamento Aéreo do Estado do Pará, conforme as quantidades e especificações contidas no Termo de Referência.							
Lote*	Item	Descrição	Código SIMAS	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado	Total
1	1	Macacão de Voo, antichamas, conforme especificações contidas no ANEXO I		unit	100	R\$ 2343,34	R\$ 234.334,00
	2	Luvas de Voo, antichamas, conforme especificações contidas no ANEXO I		unit	100	R\$ 463,34	R\$ 46.334,00
	3	Boné de Voo Operacional, conforme especificações contidas no ANEXO I		Unit	100	R\$ 143,34	R\$ 14.334,00
						VALOR GLOBAL ESTIMADO	R\$ 295.000,00
1.2 JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO EM LOTES							
<p>1.2.1. A presente contratação será realizada em lote único. A adjudicação do objeto em LOTE ÚNICO se justifica face à necessidade de que os materiais utilizados se mantenham em igual padrão facilitando a aferição da qualidade dos produtos fornecidos. Ante o exposto, resta justificada a adoção da adjudicação do objeto em lote, haja vista a similitude dos itens e a possível economia de escala, em atenção à dicção da Súmula 247 do TCU e disposições dos artigos 40, §3º, inciso I, II e III, da Lei n.º 14.133/2021.</p>							
2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO							
2.1 QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?		2.1.1. É imprescindível a aquisição de equipamentos de proteção individual (macacão de voo, luvas de voo e boné operacional de voo) para atender as necessidades operacionais dos tripulantes das aeronaves do GRAESP.					
		2.1.2. Os equipamentos de proteção antichamas têm a finalidade de salvaguardar os servidores das intempéries as quais são					



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	<p>submetidos em decorrência das atividades desempenhadas, proporcionando-lhes proteção e segurança, destacando as situações de abastecimento e acionamento da aeronave, quando o risco de incêndio se potencializa.</p> <p>2.1.3. Citam-se as diversas Recomendações de Segurança expedidas pelo Comando da Aeronáutica as unidades aéreas de segurança pública, para a obtenção dos equipamentos de proteção, assinalando que é imprescindível a aquisição desses itens para atender as necessidades operacionais atuais do GRAESP, haja vista, que a incorporação de novos servidores ao Grupamento Aéreo.</p>	
3. NATUREZA DO BEM		
<p><input checked="" type="checkbox"/> Comum.</p> <p>3.1. A Natureza do Objeto a ser contratado é definida como natureza comum, tendo em vista que os padrões de desempenhos são objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações usuais no mercado.</p> <p><input type="checkbox"/> Especial.</p>		
4. PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO BEM		
4.1. HAVERÁ PROVA DE QUALIDADE?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	<p>Justificativa:</p> <p>4.1.1. Após a contratação, na entrega do objeto, a contratante, aleatoriamente e por amostragem, poderá efetuar análise, para efeito de comprovação das características e da qualidade exigidas nas especificações do objeto descritas no anexo I do edital.</p> <p>4.1.2. A comprovação será efetuada pela própria contratante ou por terceiros por ela contratados para essa finalidade e as despesas oriundas desses custos serão atribuídos à responsabilidade da contratada.</p>
	<p><input type="checkbox"/> Não.</p>	
4.2. O EDITAL EXIGIRÁ AMOSTRA?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	<p>Justificativa:</p> <p>4.2.1. A(s) licitante(s) melhor(es) classificada(s) será(ão) convocada(s) para apresentar(em), em até 10 (dez) dias</p>



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	<p>úteis uma amostra de cada item, de acordo com as especificações técnicas exigidas, com os devidos laudos de tecido, flamabilidade, etc.), sem ônus para a Administração Pública, para efeito de controle de qualidade e em conformidade com o exigido no certame.</p> <p>4.2.2. A licitante convocada nos termos do item anterior deverá entregar a amostra e eventuais documentos na Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Pará, situada na Travessa do Chaco, 2271, bairro Marco, município de Belém, estado do Pará, CEP 66.093-410, em horário de expediente, em até 10 (dez) dias, contados a partir da convocação, que será realizada pela Comissão de Licitação através de e-mail, sob pena de ser desclassificada do certame.</p> <p>4.2.3. A análise será realizada por comissão instituída pela Diretoria do Grupamento Aéreo de Segurança Pública - GRAESP, composta por 03 (três) membros, que deverá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da amostra, encaminhar parecer à Comissão de Licitação, contendo Termo ou Parecer de Aceitação ou de Recusa da amostra:</p> <p>4.2.3.1. Se o parecer técnico, devidamente assinados pelo pessoal responsável apontar a aprovação da amostra o processo seguirá para a contratação.</p> <p>4.2.3.2. Se a amostra estiver reprovada será chamada a segunda colocada do certame e assim sucessivamente, abrindo-se novamente o prazo de 10 (dez) dias para a entrega.</p> <p>4.2.5. No prazo descrito acima será admitida a apresentação de amostras e laudos, a critério da</p>
--	--



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	<p>vencedora, até o atendimento das condições editalícias, desde que em tempo hábil para análise.</p> <p>4.2.6. Os critérios da avaliação pelo uso profissional dos equipamentos abarcarão itens referentes à restrição dos movimentos, o conforto, a resistência e a durabilidade do material na execução de atividades policiais, de salvamento/resgate e outras peculiares à atividade aérea. Além disso, será observada a compatibilidade com os demais equipamentos utilizados pelos servidores do GRAESP.</p> <p>4.2.7. A empresa licitante poderá indicar um representante para acompanhar <i>in loco</i> os procedimentos adotados na análise, sem que haja ônus à Administração pública;</p> <p>4.2.8. As demais empresas, caso necessário, serão convocadas em ordem de classificação e deverão apresentar as amostras no mesmo prazo.</p>
<p>4.3. HAVERÁ GARANTIA DO BEM?</p>	<p><input type="checkbox"/> Não.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <p>4.3.1. A garantia deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses contra quaisquer tipos de defeitos e/ou falha de costura e/ou fabricação quando em condições normais de uso, contados a partir da data efetiva de entrega.</p> <p>4.3.2. A cobertura da garantia por parte do fabricante está limitada ao que constar no Termo de garantia ou equivalente do produto, não conflitando com o Código de Defesa do Consumidor.</p>
<p>4.4. HAVERÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA?</p>	<p><input type="checkbox"/> Não.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <p>4.4.1. O contratado prestará assistência técnica em relação ao bem indicado, durante 12 meses, a partir do seu recebimento pela contratante, <i>por meios próprios</i>, sem custo para a administração pública.</p>



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	<input type="checkbox"/> Não será prestada assistência técnica em relação ao item.	
5. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO		
5.1. FORMA DE CONTRATAÇÃO	<input type="checkbox"/> Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, Y, da Lei Federal nº 14.133/21.	
	<input type="checkbox"/> Dispensa de licitação em razão do valor* , com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21. * Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica.	
	<input type="checkbox"/> Dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, Y, da Lei Federal nº 14.133/21.	
	<input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico.	
5.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço.	
	<input type="checkbox"/> Maior desconto.	
5.3. O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?	<input type="checkbox"/> Sim.	Justificativa: xxxxxxxxxxxxxx
	<input checked="" type="checkbox"/> Não. 5.3.1. O valor Global Estimado: R\$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais)	
5.4. CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA	5.4.1. A proposta deve observar os valores unitários e global máximos aceitáveis conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado;	
	5.4.2. O preço final deverá incluir todas as despesas referentes aos tributos, frete e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais;	
	5.4.3. Devem ser observadas as normativas contidas na legislação em vigor, observando-se o quanto constar no futuro Edital do certame;	
	5.4.4. Manter à mesma condição de habilitação, em especial, no que se refere ao recolhimento dos impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do objeto, as quais são obrigatórias para a emissão de pagamentos;	



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

		<p>5.4.5. Cumprir, fielmente todas as normas previstas na Lei nº14.133/21 e no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº8.078/90);</p> <p>5.4.6. Entregar o serviço, rigorosamente em conformidade com todas as condições e prazos estipulados neste termo de referência.</p>	
5.5. HÁ ITENS COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE?	<input type="checkbox"/> Sim.	Indicar os itens: xxxxxxxx	
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.		
6. REQUISITOS DA CONTRATADA			
6.1. SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	Qual?	<p>6.1.1. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:</p> <p>6.1.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado.</p> <p>6.1.2.1. O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA expedido por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, que comprove ter o licitante fornecido ou estar fornecendo, a contento, produto de mesma natureza, compatível em característica, quantidades e prazos com o objeto desta licitação.</p> <p>6.1.2.2. O atestado deverá estar emitido em nome e com o CNPJ/MF da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante e deverá ser fornecido em papel timbrado, devidamente assinado e datado pelo representante da empresa/instituição, contendo o CNPJ da empresa/instituição.</p>



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

Grupoamento Aéreo de Segurança Pública - GRASP			
			6.1.2.3. Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa do mesmo grupo econômico ou societário familiar em favor da licitante participante.
		Por quê ?	6.1.3. Considerando a particularidade e especificidade do bem a ser adquirido, o fornecedor deve comprovar sua capacidade técnica, por meio de atestados de serviços prestados anteriormente. 6.1.4. Desta feita, as exigências previstas tem por finalidade atender as necessidades da Administração Pública e a execução do objeto contratual, portanto, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, conforme preceitua o Art. 37, XXI da Constituição Federal de 1988.
		<input type="checkbox"/> Não.	
6.2. QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS	<input checked="" type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual.		Justificativa: 6.2.1. A empresa contratada deve comprovar a ciência dos termos constantes no Termo de referência para não haver divergências na execução do serviço.
	<input type="checkbox"/> Registro na entidade profissional competente.		Justificativa: xxxxxxxxxxxx
	<input type="checkbox"/> Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a comprovação de qualificação técnica de		Justificativa: xxxxxxxxxxxx



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos.		
	<input type="checkbox"/> Outro previsto em lei especial. Especificar: xxxxxxxxxxxx		Justificativa: xxxxxxxxxxxx
	<input type="checkbox"/> Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação.		Justificativa: xxxxxxxxxxxx
6.3. HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	Especificar: 6.3.1. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender as diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE; 6.3.2. A CONTRATADA deverá observar a Resolução CONAMA no 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio. 6.3.3. A CONTRATADA, para a execução dos serviços, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, deverá observar as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental; 6.3.4. A CONTRATADA vencedora deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre Resíduos	



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

		Sólidos, além de estar alinhada à Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010; Caberá, ainda, à CONTRATADA, executar os serviços em estrita conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução RDC ANVISA nº 52/2009, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos.
	<input type="checkbox"/> Não.	
6.4. HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	Especificar: 6.4.1. Proposta com valor acima do estimado; 6.4.2. Falhas na especificação técnica.
	<input type="checkbox"/> Não.	
7. FORMA DE ENTREGA DO BEM		
7.1. COMO O BEM DEVE SER ENTREGUE?	<input checked="" type="checkbox"/> 7.1.1 O bem deve ser totalmente entregue de uma só vez, da seguinte forma: 7.1.1.1. O objeto será entregue pela Contratada, pelo preço contratado, sem nenhum custo adicional (seguros, impostos e taxas, transporte, frete ou qualquer outro encargo necessário à execução do objeto do Contrato), conforme a necessidade do Contratante e mediante Autorização de Fornecimento/Contrato. 7.1.1.2. Na entrega do objeto a Contratante poderá solicitar documentos adicionais, tais como laudos, certificados e ensaios, desde que previstos no edital.	
7.2. LOCAL E HORA DA ENTREGA DO BEM	7.2.1. O bem deve ser entregue na sede da contratante, no Hangar do Grupamento Aéreo de Segurança Pública do Estado do Pará, situado a Av. Júlio César, Aeroporto Internacional de Belém, s/nº, Setor de hangares, hangar do GRAESP, Belém-Pará, em dias úteis, no horário comercial.	

Página 9 de 24



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

<p>7.3. PRAZO DE ENTREGA</p>	<p>7.3.1. Os objetos da presente licitação deverão ser entregues no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, contados da assinatura do contrato, prazo este que poderá ser prorrogado a critério da administração, sendo tais prazos registrados e acompanhados pelo FISCAIS DO CONTRATO.</p> <p>7.3.2. O prazo total para o fornecimento, somado ao transporte, não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato.</p>
<p style="text-align: center;">8. PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO</p>	
<p>8.1 PRAZO DO CONTRATO</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> 12 meses.</p> <p>8.1.1. Será dispensada a celebração de instrumento específico escrito de contrato, na forma da Lei nº 14.133/2021, sendo o mesmo substituído pelos seguintes instrumentos em conjunto:</p> <p>8.1.2. Certificado de Garantia dos produtos.</p> <p>8.1.3. Propostas registradas.</p> <p>8.1.4. Nota de empenho.</p> <p>8.1.5. Na data de emissão da Nota de Empenho será verificada pela Diretoria de Finanças, a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, nos documentos por ele abrangidos, as quais deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência do contrato, devendo seu resultado ser impresso e juntado ao processo.</p> <p>8.1.6. A Licitante Vencedora fica obrigada a cumprir todos os prazos constantes neste Termo de Referência, ressaltando-se:</p> <p>a) 60(sessenta) dias para fazer a entrega do material ofertado, contados a partir da assinatura do contrato.</p> <p>b) Garantia mínima dos materiais objeto deste TR será de 12 meses, contados da entrega, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.</p>
	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21.</p>



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

8.2. HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?	<input type="checkbox"/> Não.	
8.3. FORMA DE PAGAMENTO	Meio	8.3.1. Ordem Bancária. 8.3.2. A CONTRATANTE pagará à empresa fornecedora o valor equivalente a entrega do bem, nos termos da proposta mediante empenho e atestado da Nota Fiscal.
	Onde?	8.3.3. Para os fornecedores domiciliados neste Estado, o pagamento será realizado através de crédito em Conta Corrente, preferencialmente, no Banco do Estado do Pará. 8.3.4. Para os fornecedores de outros Estados o pagamento será efetuado através de Conta informada pelo interessado com pagamento de taxas a cargo do prestador do Serviço e/ou fornecedor.
	Qual o prazo?	8.3.5. Até 30 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.
	Prova da regularidade fiscal	8.3.6. A regularidade fiscal pode ser provada: 8.3.6.1. Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante. <i>ou</i> 8.3.6.2. Pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.
8.4. QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?	<input checked="" type="checkbox"/> 5% do valor inicial do contrato.	Justificativa: Conforme Art. 96, da Lei nº 14.133/2021.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	<input type="checkbox"/> Não há.	Justificativa: xxxxxxxx
8.5.DA FISCALIZAÇÃO	8.5.1. A fiscalização quanto ao cumprimento deste Contrato será representada por servidor nomeado pela CONTRATADA, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem e de tudo dar ciência à Administração, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.	
9. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
9.1. DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO	Funcional Programática:	xxxxxxxxxxxx
	Elemento de Despesa:	xxxxxxxxxxxx
	Fonte do Recurso:	xxxxxxxxxxxx
	Obs: Esses dados estão sujeitos à revisão por ocasião da emissão do atestado de disponibilidade orçamentária.	

Belém,PA, 05 de dezembro de 2025.

---assinatura digital---
WALISON MAGNO DAMASCENO
Assessoria/GRAESP



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO I

(ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS - Descrição detalhada)	
ITEM 1 - MACACÃO DE VOO	
PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE	<p>Referência: FNS/PD 96-17 (MIL-C - 83141A) ou similar; ABNT NBR 10591; ABNT NBR 13934-1; ASTM D 6413/11; UNE EN ISO 15025; NBR 11912; AATCC 20/18 e 20A/18; ABNT 12546/91; NBR 12996; UNE EN ISO 1833-15:2020; UNE-EN 12127:1998; YFS M0510 M-F-26; FMVSS302; ISO-3795; JISD1201. Ou normas vigentes ou equivalentes internacionais ou nacionais.</p>
	<p>1. OBJETIVO: Especificar as características e medidas necessárias a ser seguida pelas empresas fornecedoras para a aquisição do Macacão de Voo. Item Material Unidade Código 01 Macacão de Voo (tamanhos e costuras variadas – 32S a 48L) - padrão BAPM Peça 53511070</p>
	<p>1.1. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO MACACÃO DE VÔO 1.1.1. Macacão de voo em tecido meta aramida (referência NOMEX® ou equivalente) com propriedades antichama na cor verde sávia (Sage Green), composição do tecido 92 a 93% de fibra meta-aramida, 5% para aramida e 2 a 3% de fibras anti-estáticas conforme especificações técnicas e militares internacionais FNS/PD 96-17 (MIL-C - 83141A) ou similar desde que comprovada. A composição básica do macacão será constituída conforme consagrado modelo CWU27/P, com seis bolsos primários, cinto com velcro ajustável, compartimento para canivete na perna esquerda, bolso na manga esquerda e costura reforçada na parte traseira conforme descrição detalhada abaixo;</p>
	<p>1.2. DESCRIÇÃO a) Composição da Fibra: Tecido composto por 93% de fibra Meta Aramida, 5% Para-Aramida e 2% Fibra antiestática, padrão de tecelagem COMFORT, conforme normas UNE 40-110-94 DIN 54221:1975 ou AATCC 20:2013 e AATCC 20A: 2014, antichama, em construção tipo tela (tafetá) 1x1 plana, com fios de 2/72 no urdume e trama, conforme normas UNE 40017:1982;4061:1980 e UNE 40600-1:1996 ou (NBR 12996/93 e BR12546/91). Densidade: construção de 28 fios/cm no urdume e 28 fios/cm na trama, ± 1%, que permite o perfeito equilíbrio da fibra durante o uso, conforme norma UNE EN 1049-2:1995 B; com gramatura de 165 g/m² ± 2%, conforme Norma ABNT NBR 10591/08 ou UNE - EN 12127:1998.</p>

Página 13 de 24



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	<p>b) Resistência de ruptura: à tração no urdume de no mínimo 92,0 daN e na trama de no mínimo de 85,0 daN, conforme norma UNE EN 13934-1:1999 ou EN ISO 13934-1:2013 ou EN ISO 13934-1:2016; ao rasgo ≥ 30 N no urdume e na trama, sem rasgar, conforme norma UNE EN ISO 13937-3:2001 ou ASTM-D2261/13; na costura resistência ≥ 45 daN no urdume ≥ 40 daN na trama, conforme norma EN ISO 13935-2:2014</p> <p>c) Resistência de alongamento: Alongamento mínimo de 40% no urdume e de 35% na trama, com a tolerância de - 2% na inferior e 0% na superior, conforme norma UNE EN 13934-1:1999 ou EN ISO 13934-1:2013; sua estabilidade dimensional da trama $\leq 2,5$ % e no urdume $\leq 3,0$%; conforme norma STANDARD UNE EN ISO 5077/2008; 6330:2001; 3759/2008 ou EN ISO 5077:2008</p> <p>d) Solidez de cor: quanto à lavagem alteração ≥ 4, conforme norma UNE EN ISO 105-C06:2010; solidez de cor à luz (100 horas) $\geq 4,0$, conforme norma UNE EN ISO 105-B02:2002; à fricção no urdume e na trama transferência entre 4-5 (úmido e seco) conforme norma UNE EN ISO 105-X12:2003 ou ISO 105-X12:2016, ao suor alteração entre 4-5 (ácido e alcalino), conforme norma EN ISO 105-E04:2013; à água transferência 5, conforme norma EN ISO 105-E01:2013; ao solvente orgânico transferência 5, conforme norma UNE EN ISO 105-X05:1997 e permeabilidade do ar ≥ 130 mm/s, conforme norma EN ISO 9237:1995</p> <p>e) Flamabilidade: da fibra (propagação limitada à chama) conforme teste realizado de laboratório e em campo de provas a resistência a propagação de chamas aberta (10 seg.), obter os seguintes resultados: não pode inflamar até as bordas superiores e laterais; não deve haver resíduos em chama e não deve desprender restos carbonizados ou fundidos, não deve propagar-se para além da área carbonizada em direção à zona não danificada após o término da chama e não deve ser superior a 0,0 segundos na pós queima e incandescência; os resultados a serem obtidos para Índice de transferência de térmica (ITT) por convecção deverão ser ≥ 3 com tempo ≥ 3 segundos para 12° C e ≥ 5 com tempo ≥ 4 segundos para 24° C, e para calor irradiante, o tempo máximo para o 1º nível de transferência de calor deverá ser $\geq 9,0$ segundos (20 Kw/m^2) e para a 2º nível de transferência de calor $\geq 16,0$ segundos (20 Kw/m^2), FTTmáx $\leq 45\%$ (Fator Transmissão Térmica) com tolerância de $\pm 2\%$; e o calor transferido por contato deverá ser $\geq 6,0$ segundos a 250° Celsius, sem tolerância superior e - 0,3 seg na inferior; conforme Norma UNE EN ISO 15025 ou ASTM D 6413/11: Caso o produto tenha procedência importada, deverá apresentar declaração do fabricante apresentando propriedades similares</p>
--	--



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	<p>ou superiores.</p> <p>f) Formação de pilling (a 35.000 ciclos) ≥ 4, conforme norma UNE EN ISO 12945-1:2001, formação de pilling (a 2.000 ciclos) ≥ 4; conforme norma EN ISO 12945-2:2001; dissipação de carga por indução (sem e com pré-tratamento) $t_{50} < 0,02$ seg e $S > 0,5$, conforme norma EN 1149-3:2004 e EN 1149-5:2008.</p> <p>g) Cor: verde sávia (sage green) deverá ser aplicada pelo método de tintura em massa e deverá ter tratamento contra raios ultravioleta com classificação 50 +, conforme norma AS:NZS 4399:2017.</p> <p>h) Zíper confeccionado em fibras sintéticas com propriedades permanentes inibidoras de chama, conforme Norma YFS M0510 M-F-26, tendo como referência as Normas FMVSS302, ISO-3795, JISD1201. A resistência a chama do velcro deve estar de acordo com a Norma YFS M0510 M-F-26.</p> <p>1.3. COMPOSIÇÃO E LAYOUT</p> <p>a) Costas – com penses (2,0cm) que permitam abertura e maior mobilidade;</p> <p>b) Gancho - deverá ser costurado em toda extensão, em ponto corrente, com máquina interlock, 02 agulhas com 5 fios, bitola larga (10 mm);</p> <p>c) Mangas – sem punho, com ajustadores fechando com velcro, permitindo ajuste das mangas aos pulsos. Possui debaixo de cada manga (axilas) quatro orifícios arredondados com acabamento para ventilação;</p> <p>d) Gola – gola arredondada, em tecido duplo. Deverá haver fixação de velcros fêmea em cada lado da gola, de 40mm x 20mm, da mesma cor do macacão. A fixação deverá ser feita com uma extremidade de 3mm do final da costura externa da gola e a outra extremidade ficando a 15mm do início da mesma costura;</p> <p>e) Reforço dos ombros esquerdo e direito – deverão ser fixados com costuras duplas e paralelas entre si. O lado menor do reforço deverá ser feito junto com o fechamento das mangas, e o lado maior deverá ficar a 20mm do colarinho;</p> <p>f) Etiquetas – haverá duas etiquetas, ambas de pano. Não será aceito qualquer tipo de etiqueta em material não resistente ao ferro de passar: • Uma contendo a razão social e o CNPJ da empresa, o tamanho, a composição do tecido, país de origem, mês e ano de fabricação, além do número do lote, devendo ser afixada internamente nas costas, abaixo da altura da gola; • A outra contendo as instruções de lavagem deverá ser afixada internamente, do lado esquerdo ou direito, entre a altura do tórax e da região adnominal, entre a costura do lado dianteiro e lado traseiro do macacão;</p>
--	---



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	<p>g) Bolso Superior Direito – Sua base é fixada logo acima do velcro fêmea que ajusta na cintura. O lado direito do bolso possui 30mm de distância do fechamento lateral do macacão, e o lado esquerdo do bolso possui entre 40mm e 50mm de distância do fechamento do zíper central do macacão. Sua fixação é feita com costura duplas e paralelas entre si, sobre o tecido do macacão;</p> <p>h) Bolso Superior Esquerdo – Sua base é fixada logo acima do velcro fêmea que ajusta na cintura. O lado esquerdo do bolso possui 30mm de distância do fechamento lateral do macacão, e o lado direito do bolso possui entre 40mm a 50mm de distância do fechamento do zíper central do macacão. O zíper de abertura do bolso deverá medir 145mm. Sua fixação é feita com costuras duplas, paralelas entre si, sobre o tecido do macacão;</p> <p>i) Bolso na Manga – Lado esquerdo. Bolso com lapela e porta canetas, tendo o fundo sanfonado e com fechamento por velcro, fixo 90mm abaixo do fechamento do ombro. O bolso terá 170mm de altura por 120 mm de largura, com abertura por zíper de 135 mm de comprimento. A fixação deve ser feita com costuras duplas, paralelas entre si, fixo sobre o tecido do macacão;</p> <p>j) Bolso lateral médio, perna esquerda – Base fixada na perna esquerda com 470mm acima do barramento, sendo sua lateral esquerda fixada junto com o fechamento lateral externo da perna. Fixado com costuras paralelas entre si, sobre o tecido da perna, abertura em fecho vertical, com zíper de 175mm de comprimento;</p> <p>k) Bolso lateral médio, perna direita – Base fixada na perna direita com 510mm acima do barramento, sendo sua lateral direita fixada junto com o fechamento lateral externo da perna e medindo 210mm. Fixado com costuras paralelas entre si, sobre o tecido da perna, abertura em fecho horizontal, com zíper de 185mm de comprimento.</p> <p>l) Bolsos Laterais Inferiores (perna esquerda e perna direita) - Fixado sobre o tecido do macacão, com costuras duplas paralelas entre si. A base do bolso da perna esquerda deve ser fixada 65 mm acima do barramento;</p> <p>m) Identificação de Nome – Fixação do velcro fêmea na altura do peito, no lado esquerdo, em formato retangular medindo 100mm (largura) x 50mm (altura), a borda superior deverá estar 170mm abaixo do fechamento dos ombros. O lado esquerdo (referência quem veste o macacão) do velcro deverá estar fixado a uma distância de 25mm do zíper frontal. É parte integrante o velcro macho com mesmas dimensões;</p> <p>n) Fixação da Bandeira Estadual na Manga Direita – Fixação de velcro fêmea na cor do macacão medindo 75mm (largura) x 55mm (altura),</p>
--	--



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	<p>centralizado na borda lateral direita. A borda superior do velcro estará 30mm abaixo do fechamento dos ombros;</p> <p>o) Velcro fixo fêmea – Velcro na cor do macacão fixado com costuras simples, fixado abaixo dos bolsos superiores direito e esquerdo conforme layout de referência;</p> <p>p) Ajuste de Velcro nos punhos - Velcro de 40mm da mesma cor do macacão, encaixe fêmea, fixa no fole do punho, o ajuste será regulado pelo velcro macho. A lapela do velcro e o velcro fêmea serão fixados por costura simples. As fixações devem estar ajustadas 20mm acima da manga;</p> <p>q) Zíper no Barramento – Fixo na vertical, com costuras duplas paralelas entre si, sobre o tecido do macacão e com lapela para o mesmo fique oculto. A finalidade deste zíper é aumentar a boca da barra em 80mm. As extremidades que fixam o zíper deverão estar 45mm do fechamento do macacão;</p> <p>r) Linhas: • Linha de fibra com tecido inerentemente resistente à chama, na cor verde sávia. • São de dois cabos torcidos entre si, formando um só filamento, com resistência mínima de 15 kgf/cm². • Todas as manutenções que poderão vir a serem feitas posteriormente deverão ser feitas com o mesmo tipo de linha.</p> <p>s) Reforço da Costura / Travete: • Os reforços de costura deverão ser feitos em todos os pontos de maior tração de ruptura; • Os travetes deverão estar presentes na entrada e saídas dos zíperes de todos os bolsos, no acabamento do zíper frontal, junto ao cavalo, nas divisões para canetas do bolso do braço esquerdo, nas laterais da abertura do bolso porta faca, no início dos zíperes de abertura das pernas, na parte superior e inferior do acabamento de passagem do cinto, junto ao término das palas, nas pontas do cinto de ajuste de tamanho, nas abas do cinto nas costas e na frente;</p> <p>t) Simetria: • As costuras deverão ser retas e paralelas quando necessário. Os acessórios deverão estar alinhados verticalmente, perpendicularmente e horizontalmente. • O tamanho dos bolsos deverá ser proporcional ao tamanho do macacão.</p> <p>u) Aviamentos - Todos os componentes deste macacão deverão ser com material resistente à chama, não podendo em situação alguma desprezar o prescrito nas Normas correspondentes às suas especificações. Os zíperes devem ser todos de metal acobreado e antichama. O fio empregado deverá ser antichama, bem preparado e torcido, apresentando diâmetro uniforme.</p>
--	---



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

v) Tamanhos – Os macacões serão fornecidos conforme medição posterior ao certame, pela qual cada usuário terá por referência a escolha de suas medidas conforme tabela abaixo:

Tamanho	Circunferência		Comp. da parte interna da Manga		Comprimento da parte interna das pernas	
	polegadas	centímetros	Polegadas	centímetros	Polegadas	centímetros
32 S	35½	90	20¼	51.5	26½	67.5
32 R	35½	90	22	56	28½	72.5
34 R	37	94	20¼	51.5	26½	67.5
34 R	37	94	22	56	28½	72.5
36 S	39½	101	20¼	52.7	26½	67.5
36 R	39½	101	22	56	28½	72.5
36 L	39½	101	23	58.5	30½	77.5
38 S	42	107	20¼	52.7	26½	67.5
38 R	42	107	22	56	28½	72.5
38 L	42	107	23	58.5	30½	77.5
40 S	45	115	21¼	53.4	26½	67.5
40 R	45	115	22¼	56	28½	72.5
40 L	45	115	23¼	58.5	30½	77.5
42 S	47	120	21¼	54	26½	67.5
42 R	47	120	22¼	56.5	28½	72.5
42 L	47	120	23¼	59	30½	77.5
44 S	49	125	21¼	54	26½	67.5
44 R	49	125	22¼	56.5	28½	72.5
44 L	49	125	23¼	59	30½	77.5
46 S	51	130	21¼	54	26½	67.5
46 R	51	130	22¼	56.5	28½	72.5
46 L	51	130	23¼	59	30½	77.5
48 R	53	135	22¼	56.5	28½	72.5
48 L	53	135	23¼	59	30½	77.5

x) Ilustração:



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social



1.4. REQUISITOS GERAIS

- a) O tecido deverá estar isento de manchas, falhas, empelotamentos, fios torcidos, franzidos ou outros defeitos que prejudiquem a sua qualidade e aspecto.
- b) Não serão permitidas nem aceitas **tonalidades diferentes** no mesmo lote adquirido. O fio empregado deverá ser antichama, bem-preparado e torcido, apresentando diâmetro uniforme

1.5. OBSERVAÇÕES:

1.5.1.. A empresa vencedora deverá estar capacitada para fornecimento do macacão devão nas quantidades e tamanhos pedidos pela compradora, de acordo com tabela de tamanhos e dimensões. Não será admitida terceirização para confecção, no todo ou em parte, do objeto macacão devão descrito neste Anexo.

1.5.2. Os zíperes devem ser todos de metal acobreado e antichama.

1.6. MEDIDAS:

1.6.1. O vencedor do certame deverá, num prazo máximo de 30 (trinta)



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

dias, a contar do encerramento deste certame, retirar as medidas para confecção dos macacões junto à sede do Grupamento Aéreo de Segurança Pública do Estado do Pará - GRAESP/PA, situado no Setor de Hangares Sul, Aeroporto Internacional de Belém-PA, no período das 08:00hs às 14:00hs.

1.7. GARANTIA:

1.7.1. A garantia deverá ser de no mínimo 12 meses contra defeito de fabricação e desbotamento a contar da data de entrega.

1.8. AMOSTRA E LAUDOS:

a) A empresa vencedora do certame, após convocada, deverá apresentar amostra do Macacão de Voo, juntamente com os laudos atestando as propriedades antichamas do macacão e as demais características descritas no subitem 1.2. nas suas alíneas de "a" até "h";

b) Além de laudos emitidos por laboratório nacional reconhecido pelo INMETRO, também serão aceitos Certificados de laudos de um Órgão das Forças Armadas ou laudos emitidos por entidade internacional equiparada devidamente reconhecido em seu país de origem, na área de análise de tecidos, por órgão certificador, signatário de acordo multilateral de reconhecimento estabelecido pela IAF; IAAC; EA ou ILAC, desde que consularizado, com tradução juramentada e registrado em cartório de títulos e documentos, referente ao bem de origem internacional, que ateste as características exigidas para o objeto.

ITEM 2 - LUVAS DE VOO RESISTENTES A CHAMAS

Referência: DMI 003 – Me; ASTM D 2261; DMI 005 – Me; ABNT NBR 10591/08; UNE-EN12127:1998; DMI 006 – Me; NBR 10588/08; UNE- EN 1049-2:1995; DMI 007 – Me; ISO 13934-1; ABNT NBR 11912; DMI 015 – Me; NBR 10320/88 DMI 018 – Me; UNE EN ISO 15025 ou ASTM D 6413/1; DMI 025 – Me; ABNT NBR ISO 105-C06; NBR 13371/05; UNE-EN ISO 5084:1997; NBR 13383; AATCC 20/18 e 20A/18; UNE EN ISO 1833-15:2020. Ou normas vigentes ou equivalentes internacionais ou nacionais.

2. OBJETIVO

2.1. Especificar as características e medidas necessárias a ser seguida pelas empresas fornecedoras para a aquisição das Luvas de Voo Resistente a Chamas.

2.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS LUVA DE VÔO RESISTENTE A CHAMAS:

Página 20 de 24



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

2.2.1. COMPOSIÇÃO DA FIBRA

- a)** Fibra Aramida na cor verde sávia, 100% antichama, antiácido, para utilização em áreas com risco de incêndio, explosões, e produtos químicos. A constituição da fibra é de microfilamento contínuo composta de 92% a 93% de fibra Aramida, 5% de fibra para-aramida e 2% de fibra antiestática. Conforme normas AATCC 20/18 e 20A/18 ou UNE EN ISO 1833-15:2020.
- b)** O peso da fibra é de + ou - 160,0 g/m² (conforme gramatura DMI 005 – Me ou Norma ABNT NBR 10591/08 ou UNE-EN 12127:1998) com resistência de arreamento de 9,0 daN, conforme norma ASTM D 2261 ou equivalente;
- c)** Espessura da fibra externa é de 0,33mm. Conforme DMI 006 – Me ou NBR 13371/05 ou UNE-EN ISO 5084:1997 ou NBR 13383;
- d)** Densidade: Urdume 27,6 fios, Trama 27,00 fios. Conforme DMI 003 – Me ou NBR 10588/08 ou UNE-EN 1049-2:1995;
- e)** Resistência a tração: Urdume 958,0N (97,6Kgf), Trama 907,7 N (92,5Kgf). conforme DMI 007 – Me ou ISO 13934-1 ou ABNT NBR 11912 ou equivalente;
- f)** Estabilidade dimensional menor/igual a 2,5%. Conforme DMI 015 – ME ou NBR10320/88;
- g)** Flamabilidade: maior ou igual a 19 segundos a temperatura de 1100OC. Após esta temperatura e tempo de exposição, a fibra enrijece e trinca, não aderindo à pele. Conforme DMI 018 – ME ou Norma UNE EN ISO 15025 ou ASTM D 6413/11);
- h)** Extinção de Chama (DMI 025-ME ou equivalente), menor/igual a 2 seg;
- i)** Solidez de cor a lavagem: Alteração = 5; Transferência: =5. Conforme norma ABNT NBR ISO 105-C06 ou equivalente.

2.2.2. COMPOSIÇÃO DO COURO

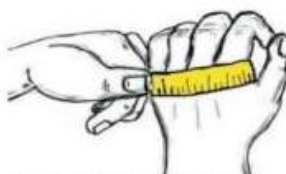
Couro macio (pelica) na espessura 0,8mm, tratado para permitir sensibilidade para uso por pilotos, tripulantes operacionais e mecânicas de aeronaves.

2.1.3. TAMANHOS E MEDIDAS:

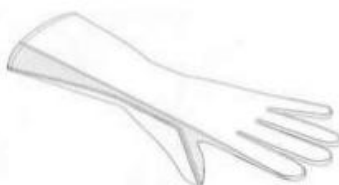
TAMANHO / MEDIDAS DAS LUVAS						
TAMANHO	7	7½	8	8½	9	9½
MEDIDAS	7"	7½"	8"	8½"	9"	9½"
	17,8 cm	19,05 cm	20,3 cm	21,6 cm	22,9 cm	24,13 cm



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

2.2.4. FORMA DE MEDIR A LUVA:

O tamanho padrão deve ser obtido por meio da medição do ponto mais largo da mão (excluindo os dedos).

**2.3. GARANTIA:**

2.3.1. A garantia deverá ser de no mínimo 12 meses contra defeito de fabricação edesbotamento a contar da data de entrega.

2.4. AMOSTRA E LAUDOS:

a) A empresa vencedora do certame, após convocada, deverá apresentar amostra da Luva de Voo Resistente a chamas juntamente com os laudos atestando as propriedades antichama do par de luvas e as demais características descritas no subitem 2.1. nas suas alíneas de "a" até "i"



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

b) Além de laudos emitidos por laboratório nacional reconhecido pelo INMETRO, também serão aceitos Certificados de laudos de um Órgão das Forças Armadas ou laudos emitidos por entidade internacional equiparada devidamente reconhecido em seu país de origem, na área de análise de tecidos, por órgão certificador, signatário de acordo multilateral de reconhecimento estabelecido pela IAF; IAAC; EA ou ILAC, desde que consularizado, com tradução juramentada e registrado em cartório de títulos e documentos, referente ao bem de origem internacional, que ateste as características exigidas para o objeto.

ITEM 3 - BONE DE VOO OPERACIONAL

3. OBJETIVO

3.1. Especificar as características a ser seguida pelas empresas fornecedoras para a aquisição de Bones de Voo Operacional Resistente a Chamas.

3.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.2.1. Boné modelo ciclista chapadinho (sem botão de centro), formado por aba e seis partes de tecidos costurados, confeccionado no mesmo tecido e cor do macacão de voo (verde sávia), aba cursa e arredondada.

3.2.1.1. De acordo com a necessidade, no máximo 30% da quantidade total dos bonés, deverá ter bordado do tipo "ramos de louro" com folhas contínuas na aba.

3.2.2. Para evitar diversos problemas constatados em outros órgãos e até mesmo em compras anteriores do Grupamento Aéreo, **antes de solicitar o envio do quantitativo**, a contratante poderá solicitar, uma unidade (conforme a marca ou fabricação adotada), para servir de molde (podendo sugerir adequações) e propiciar a escolha do quantitativo além de avaliar a qualidade, conforme definido no Termo de Referência, podendo ser solicitado outros se não houver adequação da amostra enviada.

3.2.3. As imagens abaixo representam um boné real, para servirem de base para a confecção em relação aos símbolos que deverão ser bordados.

Quadro 3. Modelo de Boné de Voo

FIGURA 1	FIGURA 2	FIGURA 3
		



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	<p>3.2.4. A circunferência (tamanho) deve ser composta de regulagem de 55cm a 62cm aproximadamente, com cinta ajustadora de regulagem em velcro macho e fêmea na parte inferior traseira, com aproximadamente 2,5cm de largura;</p> <p>3.2.5. A largura máxima da aba deve ser de aproximadamente 17,5cm;</p> <p>3.2.6. A distância frontal da aba deve ser de aproximadamente 7cm;</p> <p>3.2.7. Todo o contorno inferior deverá ter embainhado carneira do próprio tecido com aproximadamente 3 cm de largura;</p> <p>3.2.8. As figuras 1, 2 e 3 ilustram o boné real que se assemelha ao pretendido.</p> <p>3.3. GARANTIA:</p> <p>3.3.1. A garantia deverá ser de no mínimo 12 meses contra defeito de fabricação edesbotamento a contar da data de entrega.</p> <p>3.4. AMOSTRA E LAUDOS:</p> <p>a) A empresa vencedora do certame, após convocada, deverá apresentar amostra do Boné de voo Operacional resistente a chamas com os laudos atestando as propriedades antichama do material utilizado na fabricação.”</p> <p>b) Além de laudos emitidos por laboratório nacional reconhecido pelo INMETRO, também serão aceitos Certificados de laudos de um Órgão das Forças Armadas ou laudos emitidos por entidade internacional equiparada devidamente reconhecido em seu país de origem, na área de análise de tecidos, por órgão certificador, signatário de acordo multilateral de reconhecimento estabelecido pela IAF; IAAC; EA ou ILAC, desde que consularizado, com tradução juramentada e registrado em cartório de títulos e documentos, referente ao bem de origem internacional, que ateste as características exigidas para o objeto.</p>
--	--



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 10 /2025-GRAESP

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE	
1.1. QUAL A NECESSIDADE A SER ATENDIDA?	<p>1.1.1. O objeto do estudo é a viabilidade técnica da aquisição de Macacão de Voo, Luvas de Voo e Boné de Voo, para atender às necessidades que impactam diretamente na segurança de voo das atividades desempenhadas pelo Grupamento Aéreo de Segurança Pública do Estado do Pará.</p> <p>1.1.2. Considerando que os profissionais de segurança pública são a engrenagem fundamental para o bom funcionamento do Sistema.</p> <p>1.1.3. Diante desse fato, para termos profissionais preparados e capacitados para atuarem em benefício da sociedade se faz mister a profissionalização e valorização desses agentes. Nessa perspectiva, estão incluídos nos Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social estratégias e ações para atender a esta temática.</p> <p>1.1.4. Os cuidados com os profissionais de segurança pública, são de fundamental importância para a prestação de serviços de qualidade à população. Dessa forma, são necessárias a adoção de medidas que venham abranger desde um ambiente salubre, até a preocupação com os cuidados com a saúde física e emocional dos servidores de segurança pública.</p> <p>1.1.5. A segurança de voo é um dos pilares da aviação e para tanto é necessário a aquisição de equipamentos que possibilitem meios de escape em situações que envolvam acidentes aéreos. A aquisição de equipamentos de proteção individual (Macacão, luvas e boné) é essencial não somente para a segurança dos tripulantes como também, para o treinamento continuado dos servidores da unidade.</p> <p>1.1.6. Com a obtenção de equipamentos de proteção individual, pretende-se resguardar a integridade física dos servidores para situações adversas, e mitigar danos ou prevenir ocorrências fatais que possam envolver os tripulantes.</p>

Identificador de autenticação: 57fb6fd3-74f3-4f65-8d16-c24aa46ebffc

Nº do Protocolo: 2025/2801930

Anexo/Sequencial: 41

Página: 1 de 24



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO					
2.1. QUAL O TIPO DE OBJETO?	<input checked="" type="checkbox"/> Bem. 2.1.1. Aquisição de 100 (cem) macacões de voo, 100 (cem) pares de luvas de voo e 100 (cem) bonés de voo. 2.1.2. Trata-se de aquisição de bem comum e disponível em um mercado próprio e estável, composto por um número razoável de fornecedores, cujos serviços são comparáveis entre si. <input type="checkbox"/> Serviço.				
2.2. QUAL A NATUREZA?	<input type="checkbox"/> Continuada. <input type="checkbox"/> Com monopólio. <input type="checkbox"/> Sem monopólio. <input checked="" type="checkbox"/> Não continuada.				
2.3. QUAL A VIGÊNCIA?	<input type="checkbox"/> 30 dias (pronta entrega). <input type="checkbox"/> 180 dias. <input checked="" type="checkbox"/> 12 meses. <input type="checkbox"/> Indeterminado. <div style="margin-left: 100px;"><input type="checkbox"/> dias.</div> <div style="margin-left: 100px;"><input type="checkbox"/> meses.</div> <div style="margin-left: 100px;"><input type="checkbox"/> anos.</div>				
2.4. PODERÁ HAVER PRORROGAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica porque o prazo é indeterminado.				
2.5. HÁ TRANSIÇÃO COM CONTRATO ANTERIOR?	<input type="checkbox"/> Sim. Contratos nº Prazo final: <input checked="" type="checkbox"/> Não.				
2.6. PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Item</th> <th>Descrição detalhada</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1</td> <td> 2.6.1. MACACÃO DE VOO 2.6.1.1. Referência: FNS/PD 96-17 (MIL-C - 83141A) ou similar; ABNT NBR 10591; ABNT NBR 13934-1; ASTM D 6413/11; UNE EN ISO 15025; NBR 11912; AATCC 20/18 e 20A/18; ABNT 12546/91; NBR 12996; UNE EN ISO 1833-15:2020; UNE-EN 12127:1998; YFS M0510 M-F-26; FMVSS302; ISO-3795; JISD1201. Ou normas vigentes ou equivalentes internacionais ou nacionais. </td> </tr> </tbody> </table>	Item	Descrição detalhada	1	2.6.1. MACACÃO DE VOO 2.6.1.1. Referência: FNS/PD 96-17 (MIL-C - 83141A) ou similar; ABNT NBR 10591; ABNT NBR 13934-1; ASTM D 6413/11; UNE EN ISO 15025; NBR 11912; AATCC 20/18 e 20A/18; ABNT 12546/91; NBR 12996; UNE EN ISO 1833-15:2020; UNE-EN 12127:1998; YFS M0510 M-F-26; FMVSS302; ISO-3795; JISD1201. Ou normas vigentes ou equivalentes internacionais ou nacionais.
Item	Descrição detalhada				
1	2.6.1. MACACÃO DE VOO 2.6.1.1. Referência: FNS/PD 96-17 (MIL-C - 83141A) ou similar; ABNT NBR 10591; ABNT NBR 13934-1; ASTM D 6413/11; UNE EN ISO 15025; NBR 11912; AATCC 20/18 e 20A/18; ABNT 12546/91; NBR 12996; UNE EN ISO 1833-15:2020; UNE-EN 12127:1998; YFS M0510 M-F-26; FMVSS302; ISO-3795; JISD1201. Ou normas vigentes ou equivalentes internacionais ou nacionais.				

Identificador de autenticação: 57fb6fd3-74f3-4f65-8d16-c24aa46ebffc

Nº do Protocolo: 2025/2801930

Anexo/Sequencial: 41

Página: 2 de 24



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	<p>2.6.1.2. OBJETIVO: 2.6.1.2.1. Especificar as características e medidas necessárias a ser seguida pelas empresas fornecedoras para a aquisição do Macacão de Voo. Item Material Unidade Código 01 Macacão de Voo (tamanhos e costuras variadas – 32S a 48L) - padrão BAPM Peça 53511070.</p> <p>2.6.1.3. ESPECIFICAÇÕES: 2.6.1.3.1. MACACÃO DE VÔO: 2.6.1.3.1.1. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO MACACÃO DE VÔO - Macacão de voo em tecido meta aramida (referência NOMEX® ou equivalente) com propriedades antichama na cor verde sávia (Sage Green), composição do tecido 92 a 93% de fibra meta-aramida, 5% para aramida e 2 a 3% de fibras anti-estáticas conforme especificações técnicas e militares internacionais FNS/PD 96-17 (MIL-C - 83141A) ou similar desde que comprovada. A composição básica do macacão será constituída conforme consagrado modelo CWJ27/P, com seis bolsos primários, cinto com velcro ajustável, compartimento para canivete na perna esquerda, bolso na manga esquerda e costura reforçada na parte traseira conforme descrição detalhada abaixo;</p> <p>2.6.1.4. DESCRIÇÃO a) Composição da Fibra: Tecido composto por 93% de fibra Meta Aramida, 5% Para-Aramida e 2% Fibra antiestática, padrão de tecelagem COMFORT, conforme normas UNE 40-110-94 DIN 54221:1975 ou AATCC 20:2013 e AATCC 20A: 2014, antichama, em construção tipo tela (tafetá) 1x1 plana, com fios de 2/72 no urdume e trama, conforme normas UNE 40017:1982;4061:1980 e UNE 40600-1:1996 ou (NBR 12996/93 e BR12546/91). Densidade: construção de 28 fios/cm no urdume e 28 fios/cm na trama, $\pm 1\%$, que permite o perfeito equilíbrio da fibra durante o uso, conforme norma UNE EN 1049-2:1995 B; com gramatura de $165 \text{ g/m}^2 \pm 2\%$, conforme Norma ABNT NBR 10591/08 ou UNE - EN 12127:1998. b) Resistência de ruptura: à tração no urdume de no mínimo 92,0 daN e na trama de no mínimo de 85,0 daN, conforme norma UNE EN 13934-1:1999 ou EN ISO 13934-1:2013 ou EN ISO 13934-1:2016; ao rasgo $\geq 30 \text{ N}$ no urdume e na trama, sem rasgar, conforme norma UNE EN ISO 13937-3:2001 ou ASTM-D2261/13; na costura resistência $\geq 45 \text{ daN}$ no urdume $\geq 40 \text{ daN}$ na trama, conforme norma EN ISO 13935-2:2014. c) Resistência de alongamento: Alongamento mínimo de 40% no urdume e de 35% na trama, com a tolerância de - 2% na inferior e 0% na superior, conforme norma UNE EN 13934-1:1999 ou EN ISO 13934-1:2013; sua estabilidade dimensional da trama $\leq 2,5 \%$ e no urdume $\leq 3,0\%$; conforme norma STANDARD UNE EN ISO 5077/2008; 6330:2001; 3759/2008 ou EN ISO 5077:2008</p>
--	--

Identificador de autenticação: 57fb6fd3-74f3-4f65-8d16-c24aa46ebffc

Nº do Protocolo: 2025/2801930

Anexo/Sequencial: 41

Página: 3 de 24



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	<p>d) Solidez de cor: quanto à lavagem alteração ≥ 4, conforme norma UNE EN ISO 105-C06:2010; solidez de cor à luz (100 horas) $\geq 4,0$, conforme norma UNE EN ISO 105-B02:2002; à fricção no urdume e na trama transferência entre 4-5 (úmido e seco) conforme norma UNE EN ISO 105-X12:2003 ou ISO 105-X12:2016, ao suor alteração entre 4-5 (ácido e alcalino), conforme norma EN ISO 105-E04:2013; à água transferência 5, conforme norma EN ISO 105-E01:2013; ao solvente orgânico transferência 5, conforme norma UNE EN ISO 105-X05:1997 e permeabilidade do ar ≥ 130 mm/s, conforme norma EN ISO 9237:1995.</p> <p>e) Flamabilidade: da fibra (propagação limitada à chama) conforme teste realizado de laboratório e em campo de provas a resistência a propagação de chamas aberta (10 seg.), obter os seguintes resultados: não pode inflamar até as bordas superiores e laterais; não deve haver resíduos em chama e não deve desprender restos carbonizados ou fundidos, não deve propagar-se para além da área carbonizada em direção à zona não danificada após o término da chama e não deve ser superior a 0,0 segundos na pós queima e incandescência; os resultados a serem obtidos para Índice de transferência de térmica (ITT) por convecção deverão ser ≥ 3 com tempo ≥ 3 segundos para 12° C e ≥ 5 com tempo ≥ 4 segundos para 24° C, e para calor irradiante, o tempo máximo para o 1° nível de transferência de calor deverá ser $\geq 9,0$ segundos (20 Kw/m²) e para a 2° nível de transferência de calor $\geq 16,0$ segundos (20 Kw/m²), FTTmáx $\leq 45\%$ (Fator Transmissão Térmica) com tolerância de $\pm 2\%$; e o calor transferido por contato deverá ser $\geq 6,0$ segundos a 250° Celsius, sem tolerância superior e - 0,3 seg na inferior; conforme Norma UNE EN ISO 15025 ou ASTM D 6413/11: Caso o produto tenha procedência importada, deverá apresentar declaração do fabricante apresentando propriedades similares ou superiores.</p> <p>f) Formação de pilling (a 35.000 ciclos) ≥ 4, conforme norma UNE EN ISO 12945-1:2001, formação de pilling (a 2.000 ciclos) ≥ 4; conforme norma EN ISO 12945-2:2001; dissipação de carga por indução (sem e com pré-tratamento) t50 < 0,02 seg e S > 0,5, conforme norma EN 1149-3:2004 e EN 1149-5:2008.</p> <p>g) Cor: verde sávia (sage green) deverá ser aplicada pelo método de tintura em massa e deverá ter tratamento contra raios ultravioleta com classificação 50 +, conforme norma AS:NZS 4399:2017.</p> <p>h) Zíper confeccionado em fibras sintéticas com propriedades permanentes inibidoras de chama, conforme Norma YFS M0510 M-F-26, tendo como referência as Normas FMVSS302, ISO-3795, JISD1201. A resistência a chama do velcro deve estar de acordo com a Norma YFS M0510 M-F-26.</p>
--	---

Identificador de autenticação: 57fb6fd3-74f3-4f65-8d16-c24aa46ebffc

Nº do Protocolo: 2025/2801930

Anexo/Sequencial: 41

Página: 4 de 24



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	<p>2.6.1.5. COMPOSIÇÃO E LAYOUT</p> <p>a) Costas – com penses (2,0cm) que permitam abertura e maior mobilidade;</p> <p>b) Gancho - deverá ser costurado em toda extensão, em ponto corrente, com máquina interlock, 02 agulhas com 5 fios, bitola larga (10 mm);</p> <p>c) Mangas – sem punho, com ajustadores fechando com velcro, permitindo ajuste das mangas aos pulsos. Possui debaixo de cada manga (axilas) quatro orifícios arredondados com acabamento para ventilação;</p> <p>d) Gola – gola arredondada, em tecido duplo. Deverá haver fixação de velcros fêmea em cada lado da gola, de 40mm x 20mm, da mesma cor do macacão. A fixação deverá ser feita com uma extremidade de 3mm do final da costura externa da gola e a outra extremidade ficando a 15mm do início da mesma costura;</p> <p>e) Reforço dos ombros esquerdo e direito – deverão ser fixados com costuras duplas e paralelas entre si. O lado menor do reforço deverá ser feito junto com o fechamento das mangas, e o lado maior deverá ficar a 20mm do colarinho;</p> <p>f) Etiquetas – haverá duas etiquetas, ambas de pano. Não será aceito qualquer tipo de etiqueta em material não resistente ao ferro de passar: • Uma contendo a razão social e o CNPJ da empresa, o tamanho, a composição do tecido, país de origem, mês e ano de fabricação, além do número do lote, devendo ser afixada internamente nas costas, abaixo da altura da gola; • A outra contendo as instruções de lavagem deverá ser afixada internamente, do lado esquerdo ou direito, entre a altura do tórax e da região adnominal, entre a costura do lado dianteiro e lado traseiro do macacão;</p> <p>g) Bolso Superior Direito – Sua base é fixada logo acima do velcro fêmea que ajusta na cintura. O lado direito do bolso possui 30mm de distância do fechamento lateral do macacão, e o lado esquerdo do bolso possui entre 40mm e 50mm de distância do fechamento do zíper central do macacão. Sua fixação é feita com costura duplas e paralelas entre si, sobre o tecido do macacão;</p> <p>h) Bolso Superior Esquerdo – Sua base é fixada logo acima do velcro fêmea que ajusta na cintura. O lado esquerdo do bolso possui 30mm de distância do fechamento lateral do macacão, e o lado direito do bolso possui entre 40mm a 50mm de distância do fechamento do zíper central do macacão. O zíper de abertura do bolso deverá medir 145mm. Sua fixação é feita com costuras duplas, paralelas entre si, sobre o tecido do macacão;</p> <p>i) Bolso na Manga – Lado esquerdo. Bolso com lapela e porta canetas, tendo o fundo sanfonado e com fechamento por velcro, fixo 90mm abaixo do fechamento do ombro. O bolso terá 170mm de altura por 120 mm de largura, com abertura por zíper de 135 mm de comprimento. A fixação deve ser feita</p>
--	--

Identificador de autenticação: 57fb6fd3-74f3-4f65-8d16-c24aa46ebffc

Nº do Protocolo: 2025/2801930

Anexo/Sequencial: 41

Página: 5 de 24



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	<p>com costuras duplas, paralelas entre si, fixo sobre o tecido do macacão, com velcro fêmea na extensão do bolso;</p> <p>j) Bolso lateral médio, perna esquerda – Base fixada na perna esquerda com 470mm acima do barramento, sendo sua lateral esquerda fixada junto com o fechamento lateral externo da perna. Fixado com costuras paralelas entre si, sobre o tecido da perna, abertura em fecho vertical, com zíper de 175mm de comprimento;</p> <p>k) Bolso lateral médio, perna direita – Base fixada na perna direita com 510mm acima do barramento, sendo sua lateral direita fixada junto com o fechamento lateral externo da perna e medindo 210mm. Fixado com costuras paralelas entre si, sobre o tecido da perna, abertura em fecho horizontal, com zíper de 185mm de comprimento.</p> <p>l) Bolsos Laterais Inferiores (perna esquerda e perna direita) - Fixado sobre o tecido do macacão, com costuras duplas paralelas entre si. A base do bolso da perna esquerda deve ser fixada 65 mm acima do barramento;</p> <p>m) Identificação de Nome – Fixação do velcro fêmea na altura do peito, no lado esquerdo, em formato retangular medindo 100mm (largura) x 50mm (altura), a borda superior deverá estar 170mm abaixo do fechamento dos ombros. O lado esquerdo (referência quem veste o macacão) do velcro deverá estar fixado a uma distância de 25mm do zíper frontal. É parte integrante o velcro macho com mesmas dimensões;</p> <p>n) Fixação da Bandeira Estadual na Manga Direita – Fixação de velcro fêmea na cor do macacão medindo 75mm (largura) x 55mm (altura), centralizado na borda lateral direita. A borda superior do velcro estará 30mm abaixo do fechamento dos ombros, acima da bandeira deverá possuir velcro fêmea em arco;</p> <p>o) Velcro fixo fêmea – Velcro na cor do macacão fixado com costuras simples, fixado abaixo dos bolsos superiores direito e esquerdo conforme layout de referência;</p> <p>p) Ajuste de Velcro nos punhos - Velcro de 40mm da mesma cor do macacão, encaixe fêmea, fixa no fole do punho, o ajuste será regulado pelo velcro macho. A lapela do velcro e o velcro fêmea serão fixados por costura simples. As fixações devem estar ajustadas 20mm acima da manga;</p> <p>q) Zíper no Barramento – Fixo na vertical, com costuras duplas paralelas entre si, sobre o tecido do macacão e com lapela para o mesmo fique oculto. A finalidade deste zíper é aumentar a boca da barra em 80mm. As extremidades que fixam o zíper deverão estar 45mm do fechamento do macacão;</p> <p>r) Linhas: • Linha de fibra com tecido inerentemente resistente à chama, na cor verde sávia. • São de dois cabos torcidos entre si, formando um só filamento, com resistência mínima de 15 kgf/cm². • Todas as manutenções que poderão vir a</p>
--	--

Identificador de autenticação: 57fb6fd3-74f3-4f65-8d16-c24aa46ebffc

Nº do Protocolo: 2025/2801930

Anexo/Sequencial: 41

Página: 6 de 24



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	serem feitas posteriormente deverão ser feitas com o mesmo tipo de linha.																																																																																																																																	
	s) Reforço da Costura / Travete: • Os reforços de costura deverão ser feitos em todos os pontos de maior tração de ruptura; • Os travetes deverão estar presentes na entrada e saídas dos zíperes de todos os bolsos, no acabamento do zíper frontal, junto ao cavalo, nas divisões para canetas do bolso do braço esquerdo, nas laterais da abertura do bolso porta faca, no início dos zíperes de abertura das pernas, na parte superior e inferior do acabamento de passagem do cinto, junto ao término das palas, nas pontas do cinto de ajuste de tamanho, nas abas do cinto nas costas e na frente;																																																																																																																																	
	t) Simetria: • as costuras deverão ser retas e paralelas quando necessário. Os acessórios deverão estar alinhados verticalmente, perpendicularmente e horizontalmente. • O tamanho dos bolsos deverá ser proporcional ao tamanho do macacão.																																																																																																																																	
	u) Aviamentos - Todos os componentes deste macacão deverão ser com material resistente à chama, não podendo em situação alguma desrespeitar o prescrito nas Normas correspondentes às suas especificações. Os zíperes devem ser todos de metal acobreado e antichama. O fio empregado deverá ser antichama, bem preparado e torcido, apresentando diâmetro uniforme.																																																																																																																																	
	v) Tamanhos – Os macacões serão fornecidos conforme medição posterior ao certame, pela qual cada usuário terá por referência a escolha de suas medidas conforme tabela abaixo:																																																																																																																																	
	<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Tamanho</th><th colspan="2">Circunferência</th><th colspan="2">Comp. da parte interna da Manga</th><th colspan="2">Comprimento da parte interna das pernas</th></tr> <tr> <th>Polega das</th><th>centímetros</th><th>Polegadas</th><th>centímetros</th><th>Polega das</th><th>centímetros</th></tr> </thead> <tbody> <tr><td>32 S</td><td>35½</td><td>90</td><td>20¼</td><td>51.5</td><td>26½</td><td>67.5</td></tr> <tr><td>32 R</td><td>35½</td><td>90</td><td>22</td><td>56</td><td>28½</td><td>72.5</td></tr> <tr><td>34 R</td><td>37</td><td>94</td><td>20¼</td><td>51.5</td><td>26½</td><td>67.5</td></tr> <tr><td>34 R</td><td>37</td><td>94</td><td>22</td><td>56</td><td>28½</td><td>72.5</td></tr> <tr><td>36 S</td><td>39½</td><td>101</td><td>20¼</td><td>52.7</td><td>26½</td><td>67.5</td></tr> <tr><td>36 R</td><td>39½</td><td>101</td><td>22</td><td>56</td><td>28½</td><td>72.5</td></tr> <tr><td>36 L</td><td>39½</td><td>101</td><td>23</td><td>58.5</td><td>30½</td><td>77.5</td></tr> <tr><td>38 S</td><td>42</td><td>107</td><td>20¼</td><td>52.7</td><td>26½</td><td>67.5</td></tr> <tr><td>38 R</td><td>42</td><td>107</td><td>22</td><td>56</td><td>28½</td><td>72.5</td></tr> <tr><td>38 L</td><td>42</td><td>107</td><td>23</td><td>58.5</td><td>30½</td><td>77.5</td></tr> <tr><td>40 S</td><td>45</td><td>115</td><td>21¼</td><td>53.4</td><td>26½</td><td>67.5</td></tr> <tr><td>40 R</td><td>45</td><td>115</td><td>22¼</td><td>56</td><td>28½</td><td>72.5</td></tr> <tr><td>40 L</td><td>45</td><td>115</td><td>23¼</td><td>58.5</td><td>30½</td><td>77.5</td></tr> <tr><td>42 S</td><td>47</td><td>120</td><td>21¼</td><td>54</td><td>26½</td><td>67.5</td></tr> <tr><td>42 R</td><td>47</td><td>120</td><td>22¼</td><td>56.5</td><td>28½</td><td>72.5</td></tr> <tr><td>42 L</td><td>47</td><td>120</td><td>23¼</td><td>59</td><td>30½</td><td>77.5</td></tr> </tbody> </table>						Tamanho	Circunferência		Comp. da parte interna da Manga		Comprimento da parte interna das pernas		Polega das	centímetros	Polegadas	centímetros	Polega das	centímetros	32 S	35½	90	20¼	51.5	26½	67.5	32 R	35½	90	22	56	28½	72.5	34 R	37	94	20¼	51.5	26½	67.5	34 R	37	94	22	56	28½	72.5	36 S	39½	101	20¼	52.7	26½	67.5	36 R	39½	101	22	56	28½	72.5	36 L	39½	101	23	58.5	30½	77.5	38 S	42	107	20¼	52.7	26½	67.5	38 R	42	107	22	56	28½	72.5	38 L	42	107	23	58.5	30½	77.5	40 S	45	115	21¼	53.4	26½	67.5	40 R	45	115	22¼	56	28½	72.5	40 L	45	115	23¼	58.5	30½	77.5	42 S	47	120	21¼	54	26½	67.5	42 R	47	120	22¼	56.5	28½	72.5	42 L	47	120	23¼	59	30½
Tamanho	Circunferência		Comp. da parte interna da Manga		Comprimento da parte interna das pernas																																																																																																																													
	Polega das	centímetros	Polegadas	centímetros	Polega das	centímetros																																																																																																																												
32 S	35½	90	20¼	51.5	26½	67.5																																																																																																																												
32 R	35½	90	22	56	28½	72.5																																																																																																																												
34 R	37	94	20¼	51.5	26½	67.5																																																																																																																												
34 R	37	94	22	56	28½	72.5																																																																																																																												
36 S	39½	101	20¼	52.7	26½	67.5																																																																																																																												
36 R	39½	101	22	56	28½	72.5																																																																																																																												
36 L	39½	101	23	58.5	30½	77.5																																																																																																																												
38 S	42	107	20¼	52.7	26½	67.5																																																																																																																												
38 R	42	107	22	56	28½	72.5																																																																																																																												
38 L	42	107	23	58.5	30½	77.5																																																																																																																												
40 S	45	115	21¼	53.4	26½	67.5																																																																																																																												
40 R	45	115	22¼	56	28½	72.5																																																																																																																												
40 L	45	115	23¼	58.5	30½	77.5																																																																																																																												
42 S	47	120	21¼	54	26½	67.5																																																																																																																												
42 R	47	120	22¼	56.5	28½	72.5																																																																																																																												
42 L	47	120	23¼	59	30½	77.5																																																																																																																												

Identificador de autenticação: 57fb6fd3-74f3-4f65-8d16-c24aa46ebffc

Nº do Protocolo: 2025/2801930

Anexo/Sequencial: 41

Página: 7 de 24



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

44 S	49	125	21¼	54	26½	67.5
44 R	49	125	22¼	56.5	28½	72.5
44 L	49	125	23¼	59	30½	77.5
46 S	51	130	21¼	54	26½	67.5
46 R	51	130	22¼	56.5	28½	72.5
46 L	51	130	23¼	59	30½	77.5
48 R	53	135	22¼	56.5	28½	72.5
48 L	53	135	23¼	59	30½	77.5

w) Ilustração:



2.6.1.6 Requisitos Gerais

a. O tecido deverá estar isento de manchas, falhas, empelotamentos, fios torcidos, franzidos ou outros defeitos que prejudiquem a sua qualidade e aspecto.

b. Não serão permitidas nem aceitas **tonalidades diferentes** no mesmo lote adquirido. O fio empregado deverá ser antichama, bem-preparado e torcido, apresentando diâmetro uniforme

2.6.1.7. OBSERVAÇÕES:

2.6.1.7.1. A empresa vencedora deverá estar capacitada para fornecimento do macacão de voo nas quantidades e tamanhos pedidos pela compradora, de acordo com tabela de tamanhos e dimensões. Não será admitida terceirização para confecção, no todo ou em parte, do objeto macacão de voo descrito neste Anexo.

2.6.1.7.2. Os zíperes devem ser todos de metal acobreado e antichama.

2.6.1.8. MEDIDAS:

Identificador de autenticação: 57fb6fd3-74f3-4f65-8d16-c24aa46ebffc

Nº do Protocolo: 2025/2801930

Anexo/Sequencial: 41

Página: 8 de 24



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

		<p>2.6.1.8.1. O vencedor do certame deverá, num prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da assinatura do contrato, retirar as medidas para confecção dos macacões junto à sede do Grupamento Aéreo de Segurança Pública do Estado do Pará, no período das 08:00h às 13:00h de segunda a sexta-feira.</p> <p>2.6.1.9. Garantia: 2.6.1.9.1. A garantia deverá ser de no mínimo 12 meses contra defeito de fabricação e desbotamento a contar da data de entrega.</p> <p>2.6.1.10. Amostra e Laudos: 2.6.1.10.1. A empresa vencedora do certame, após convocada, deverá apresentar amostra do Macacão de Voo, juntamente com os laudos atestando as propriedades antichamas do macacão e as demais características descritas no subitem 2.6.1.4. nas suas alíneas de "a" até "d". 2.6.1.10.2. Além de laudos emitidos por laboratório nacional reconhecido pelo INMETRO, também serão aceitos Certificados de laudos de um Órgão das Forças Armadas ou laudos emitidos por entidade internacional equiparada devidamente reconhecido em seu país de origem, na área de análise de tecidos, por órgão certificador, signatário de acordo multilateral de reconhecimento estabelecido pela IAF; IAAC; EA ou ILAC, desde que consularizado, com tradução juramentada e registrado em cartório de títulos e documentos, referente ao bem de origem internacional, que ateste as características exigidas para o objeto.</p>
	2	<p>2.6.2. LUVAS DE VOO RESISTENTES A CHAMAS 2.6.2.1. Referência: DMI 003 – Me; ASTM D 2261; DMI 005 – Me; ABNT NBR 10591/08; UNE-EN 12127:1998; DMI 006 – Me; NBR 10588/08; UNE- EN 1049-2:1995; DMI 007 – Me; ISO 13934-1; ABNT NBR 11912; DMI 015 – Me; NBR 10320/88 DMI 018 – Me; UNE EN ISO 15025 ou ASTM D 6413/1; DMI 025 – Me; ABNT NBR ISO 105-C06; NBR 13371/05; UNE-EN ISO 5084:1997; NBR 13383; AATCC 20/18 e 20A/18; UNE EN ISO 1833-15:2020. Ou normas vigentes ou equivalentes internacionais ou nacionais.</p> <p>2.6.2.2. OBJETIVO Especificar as características e medidas necessárias a ser seguida pelas empresas fornecedoras para a aquisição das Luvas de Voo Resistente a Chamas.</p> <p>2.6.2.3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS 2.6.2.3.1. LUVA DE VOO RESISTENTE A CHAMAS: 2.6.2.3.1.1. COMPOSIÇÃO DA FIBRA a. Fibra Aramida na cor verde sávia, 100% antichama, antiácido, para utilização em áreas com risco de incêndio, explosões, e produtos químicos. A constituição da fibra é de</p>

Identificador de autenticação: 57fb6fd3-74f3-4f65-8d16-c24aa46ebffc

Nº do Protocolo: 2025/2801930

Anexo/Sequencial: 41

Página: 9 de 24



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	<p>microfilamento contínuo composta de 92% a 93% de fibra Aramida, 5% de fibra para-aramida e 2% de fibra antiestática. Conforme normas AATCC 20/18 e 20A/18 ou UNE EN ISO 1833-15:2020.</p> <p>b. O peso da fibra é de + ou - 160,0 g/m² (conforme gramatura DMI 005 – Me ou Norma ABNT NBR 10591/08 ou UNE-EN 12127:1998) com resistência de rasgamento de 9,0 daN, conforme norma ASTM D 2261 ou equivalente;</p> <p>c. Espessura da fibra externa é de 0,33mm. Conforme DMI 006 – Me ou NBR 13371/05 ou UNE-EN ISO 5084:1997 ou NBR 13383;</p> <p>d. Densidade: Urdume 27,6 fios, Trama 27,00 fios. Conforme DMI 003 – Me ou NBR 10588/08 ou UNE-EN 1049-2:1995;</p> <p>e. Resistência a tração: Urdume 958,0N (97,6Kgf), Trama 907,7 N (92,5Kgf). conforme DMI 007 – Me ou ISO 13934-1 ou ABNT NBR 11912 ou equivalente;</p> <p>f. Estabilidade dimensional menor/igual a 2,5%. Conforme DMI 015 – ME ou NBR 10320/88;</p> <p>g. Flamabilidade: maior ou igual a 19 segundos a temperatura de 1100 OC. Após esta temperatura e tempo de exposição, a fibra enrijece e trinca, não aderindo à pele. Conforme DMI 018 – ME ou Norma UNE EN ISO 15025 ou ASTM D 6413/11);</p> <p>h. Extinção de Chama (DMI 025-ME ou equivalente), menor/igual a 2 seg;</p> <p>i. Solidez de cor a lavagem: Alteração = 5; Transferência: =5. Conforme norma ABNT NBR ISO 105-C06 ou equivalente.</p> <p>2.6.2.3. COMPOSIÇÃO DO COURO Couro macio (pelica) na espessura 0,8mm, tratado para permitir sensibilidade para uso por pilotos, tripulantes operacionais e mecânicas de aeronaves.</p> <p>2.6.2.4. TAMANHOS E MEDIDAS:</p> <table><tr><th colspan="7">TAMANHO / MEDIDAS DAS LUVAS</th></tr><tr><th>TAMANHO</th><td>7</td><td>7½</td><td>8</td><td>8½</td><td>9</td><td>9½</td></tr><tr><td></td><td>7"</td><td>7½"</td><td>8"</td><td>8½"</td><td>9"</td><td>9½"</td></tr><tr><th>MEDIDAS</th><td>17,8 cm</td><td>19,05 cm</td><td>20,3 cm</td><td>21,6 cm</td><td>22,9 cm</td><td>24,13 cm</td></tr></table>	TAMANHO / MEDIDAS DAS LUVAS							TAMANHO	7	7½	8	8½	9	9½		7"	7½"	8"	8½"	9"	9½"	MEDIDAS	17,8 cm	19,05 cm	20,3 cm	21,6 cm	22,9 cm	24,13 cm
TAMANHO / MEDIDAS DAS LUVAS																													
TAMANHO	7	7½	8	8½	9	9½																							
	7"	7½"	8"	8½"	9"	9½"																							
MEDIDAS	17,8 cm	19,05 cm	20,3 cm	21,6 cm	22,9 cm	24,13 cm																							

Identificador de autenticação: 57fb6fd3-74f3-4f65-8d16-c24aa46ebffc

Nº do Protocolo: 2025/2801930

Anexo/Sequencial: 41

Página 10 de 24



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	<p>Equipamento Aéreo de Segurança Pública</p> <p>FORMA DE MEDIR A LUVA</p>  <p>O tamanho padrão deve ser obtido por meio da medição do ponto mais distante da mão (excluindo-se o dedo);</p>   <p>2.6.2.5. GARANTIA: 2.6.2.5.1. A garantia deverá ser de no mínimo 12 meses contra defeito de fabricação e desbotamento a contar da data de entrega.</p> <p>2.6.2.6. AMOSTRA E LAUDOS: a) A empresa vencedora do certame, após convocada, deverá apresentar amostra da Luva de Voo Resistente a chamas juntamente com os laudos atestando as propriedades antichama do par de luvas e as demais características descritas no subitem 2.1. nas suas alíneas de "a" até "i"</p>
--	---



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

		<p>b) Além de laudos emitidos por laboratório nacional reconhecido pelo INMETRO, também serão aceitos Certificados de laudos de um Órgão das Forças Armadas ou laudos emitidos por entidade internacional equiparada devidamente reconhecido em seu país de origem, na área de análise de tecidos, por órgão certificador, signatário de acordo multilateral de reconhecimento estabelecido pela IAF; IAAC; EA ou ILAC, desde que consularizado, com tradução juramentada e registrado em cartório de títulos e documentos, referente ao bem de origem internacional, que ateste as características exigidas para o objeto.</p>						
	3	<p>2.6.3. BONÉ DE VOO OPERACIONAL 2.6.3.1. OBJETIVO Especificar as características a ser seguida pelas empresas fornecedoras para a aquisição de Bones de Voo Operacional Resistente a Chamas. 2.6.3.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS 2.6.3.2.1. Boné modelo ciclista chapadinho (sem botão de centro), formado por aba e seis partes de tecidos costurados, confeccionado no mesmo tecido e cor do macacão de voo (verde sávia), aba cursa e arredondada. 2.6.3.2.2. De acordo com a necessidade, no máximo 30% da quantidade total dos bonés, deverá ter bordado do tipo "ramos de louro" com folhas continuadas na aba. 2.6.3.2.3. Para evitar diversos problemas constatados em outros órgãos e até mesmo em compras anteriores do Grupamento Aéreo, antes de solicitar o envio do quantitativo, a contratante poderá solicitar, uma unidade (conforme a marca ou fabricação adotada), para servir de molde (podendo sugerir adequações) e propiciar a escolha do quantitativo além de avaliar a qualidade, conforme definido no Termo de Referência, podendo ser solicitado outros se não houver adequação da amostra enviada. 2.6.3.2.4. As imagens abaixo representam um boné real, para servirem de base para a confecção em relação aos símbolos que deverão ser bordados.</p> <p style="text-align: center;">Quadro 3. Modelo de Boné de Voo</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>FIGURA 1</th><th>FIGURA 2</th><th>FIGURA 3</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td><td></td><td></td></tr> </tbody> </table> <p>2.6.3.2.5. A circunferência (tamanho) deve ser composta de regulação de 55cm a 62cm aproximadamente, com cinta</p>	FIGURA 1	FIGURA 2	FIGURA 3			
FIGURA 1	FIGURA 2	FIGURA 3						

Identificador de autenticação: 57fb6fd3-74f3-4f65-8d16-c24aa46ebffc

Nº do Protocolo: 2025/2801930

Anexo/Sequencial: 41

Página 12 de 24



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

		<p>ajustadora de regulação em velcro macho e fêmea na parte inferior traseira, com aproximadamente 2,5cm de largura; 2.6.3.2.6. A largura máxima da aba deve ser de aproximadamente 17,5cm; 2.6.3.2.7. A distância frontal da aba deve ser de aproximadamente 7cm; 2.6.3.2.8. Todo o contorno inferior deverá ter embainhado carneira do próprio tecido com aproximadamente 3 cm de largura; 2.6.3.2.9. As figuras 1, 2 e 3 ilustram o boné real que se assemelha ao pretendido.</p> <p>2.6.3.3. GARANTIA 2.6.3.3.1. A garantia deverá ser de no mínimo 12 meses contra defeito de fabricação e desbotamento a contar da data de entrega.</p> <p>2.6.3.4. AMOSTRA E LAUDOS 2.6.3.4.1. A empresa vencedora do certame, após convocada, deverá apresentar amostra do Boné de voo Operacional resistente a chamas com os laudos atestando as propriedades antichama do material utilizado na fabricação. Além de laudos emitidos por laboratório nacional reconhecido pelo INMETRO, também serão aceitos Certificados de laudos de um Órgão das Forças Armadas ou laudos emitidos por entidade internacional equiparada devidamente reconhecido em seu país de origem, na área de análise de tecidos, por órgão certificador, signatário de acordo multilateral de reconhecimento estabelecido pela IAF; IAAC; EA ou ILAC, desde que consularizado, com tradução juramentada e registrado em cartório de títulos e documentos, referente ao bem de origem internacional, que ateste as características exigidas para o objeto.</p>
2.7. Há critérios de sustentabilidade?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim.	<p>2.7.1. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender as diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE;</p> <p>2.7.2. A CONTRATADA deverá observar a Resolução CONAMA no 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de</p>

Identificador de autenticação: 57fb6fd3-74f3-4f65-8d16-c24aa46ebffc

Nº do Protocolo: 2025/2801930

Anexo/Sequencial: 41

Página 13 de 24



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	<p>sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.</p> <p>2.7.3. A CONTRATADA, para a execução dos serviços, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, deverá observar as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental;</p> <p>2.7.4. A CONTRATADA vencedora deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre Resíduos Sólidos, além de estar alinhada à Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010; Caberá, ainda, à CONTRATADA, executar os serviços em estrita conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução RDC ANVISA nº 52/2009, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos.</p>
	<input type="checkbox"/> Não.
2.8. HÁ NECESSIDADE DE TREINAMENTO?	<input type="checkbox"/> Sim.
	<input checked="" type="checkbox"/> Não.
3. LEVANTAMENTO DE MERCADO	
3.1. ONDE FORAM PESQUISADAS AS POSSÍVEIS SOLUÇÕES?	<p><input checked="" type="checkbox"/> Consulta a fornecedores. <input type="checkbox"/> Contratações similares.</p> <p><input type="checkbox"/> Internet. <input type="checkbox"/> Audiência pública.</p> <p><input type="checkbox"/> Outro. Especificar: xxxxxxxx</p>
3.2. JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA PARA A ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO	<p>3.2.1 Aquisição de Macacão de Voo, Luvas de voo e boné operacional de voo padrão GRAESP, para atender às necessidades que impactam diretamente na segurança de voo das atividades desempenhadas pelo Grupamento Aéreo de Segurança Pública do Estado do Pará.</p> <p>3.2.2 Os equipamentos de proteção antichamas têm a finalidade de salvaguardar nossos servidores das intempéries as quais são submetidos em decorrência das atividades desempenhadas,</p>

Identificador de autenticação: 57fb6fd3-74f3-4f65-8d16-c24aa46ebffc

Nº do Protocolo: 2025/2801930

Anexo/Sequencial: 41

Página 14 de 24



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	<p>proporcionando-lhes proteção e segurança, destacando as situações de abastecimento e acionamento da aeronave, quando o risco de incêndio se potencializa.</p> <p>3.2.3 De acordo com Art. 13 do Regulamento de Uniformes do GRAESP, aprovado através da Portaria nº 07/2016 – GAB/SEGUP, publicada no Diário Oficial Nº 33247 de 09 de novembro de 2016, o provimento dos uniformes do GRAESP é a cargo da SEGUP para o uniforme de macacão de voo, que é de posse obrigatória para pilotos, mecânicos de voo e tripulantes operacionais em atividades aéreas de segurança pública, defesa civil e transporte, conforme Art. 6º da referida portaria. Por se tratar de um equipamento de uso individual a melhor solução para o problema se dá pela compra de tais equipamentos.</p>
<p>3.3. HÁ RESTRIÇÃO DE FORNECEDORES?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>
<p>4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO</p>	
<p>4.1. O QUE SERÁ CONTRATADO?</p>	<p>4.1.1. 100 (cem) Macacão de voo em tecido meta aramida (referência NOMEX® ou equivalente) com propriedades antichamas na cor verde sávia (Sage Green); 100 (cem) Luvas de Voo, antichamas e 100 (cem) Boné Operacional de Voo, conforme as especificações contidas no item 2.6.</p> <p>4.1.2. A contratada deverá entregar o objeto em conformidade qualitativa, quantitativa e no prazo estabelecido, com o devido termo de garantia do produto ou equivalente, conforme prescreve o art. 50 e seu parágrafo único da Lei Federal nº 8.078/90, devendo o objeto estar em perfeita sintonia com todas as exigências e especificações técnicas previstas neste Estudo Técnico Preliminar;</p> <p>4.1.3. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação ou materiais empregados, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com deslocamento de técnicos, seguros e outros, enquanto perdurar a vigência da garantia</p>

Identificador de autenticação: 57fb6fd3-74f3-4f65-8d16-c24aa46ebffc

Nº do Protocolo: 2025/2801930

Anexo/Sequencial: 41

Página 15 de 24



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	<p>oferecida pela Contratada, independente de previsão estabelecida pelo fabricante;</p> <p>4.1.4. Entregar o objeto já citado acima, em horário normal de expediente;</p> <p>4.1.5. A contratada deverá comunicar à SEGUP, no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecedem o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilite o seu cumprimento, caso haja;</p> <p>4.1.6. A contratada deverá obter todo e qualquer tipo de licença junto aos Órgãos Fiscalizadores para o perfeito fornecimento do material sem ônus adicionais para a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará;</p> <p>4.1.7. A contratada deverá manter durante toda a vigência do Contrato as condições de qualificação exigidas no edital;</p> <p>4.1.8. Obedecer às especificações do objeto, constantes deste estudo técnico preliminar e do termo de referência, da proposta apresentada e do ato convocatório, cumprindo o prazo estabelecido;</p> <p>4.1.9. Responsabilizar-se pela qualidade do produto entregue, especialmente para efeito de substituição, na hipótese de não atendimento ao solicitado.</p>	
<p>4.2. QUAL O PRAZO DA GARANTIA CONTRATUAL?</p>	<p><input type="checkbox"/> Não há.</p> <p><input type="checkbox"/> 90 dias.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> 12 meses.</p> <p style="padding-left: 100px;"><input type="checkbox"/> dias.</p> <p><input type="checkbox"/> Outro: xxx <input type="checkbox"/> meses.</p> <p style="padding-left: 100px;"><input type="checkbox"/> anos.</p>	
<p>4.3. Há necessidade de assistência técnica?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>	<p>Justificativa:</p> <p>4.3.1. A assistência técnica abrangerá eventuais defeitos apresentados no bem, durante o período de garantia.</p> <p>4.3.2. Caso seja necessário enviar o bem para um centro de assistência técnica fora do Estado do Pará, a Empresa deverá arcar com os custos de transporte, além daqueles relacionados para a sua devida manutenção.</p>

Identificador de autenticação: 57fb6fd3-74f3-4f65-8d16-c24aa46ebffc

Nº do Protocolo: 2025/2801930

Anexo/Sequencial: 41

Página 16 de 24



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

4.4. HÁ NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO?	<input type="checkbox"/> Descrever solução: xxxxxxxxxxxx <input type="checkbox"/> Sim. <input checked="" type="checkbox"/> Não.			
5. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO				
5.1. COMO SE OBTVEU O QUANTITATIVO ESTIMADO?	<input type="checkbox"/> Análise de contratações anteriores. <input checked="" type="checkbox"/> Análise de contratações similares. <input type="checkbox"/> Outro Especificar: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx			
5.2. DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO?	5.2.1. 100 (cem) Macacão de voo em tecido meta aramida (referência NOMEX® ou equivalente) com propriedades antichama na cor verde sávia (Sage Green), 100 (cem) Luvas de Voo e 100 (cem) boné de voo operacional, antichamas.			
5.3. ESPECIFICAÇÃO	Item	Descrição	Und	Qtde
	1	5.3.1. Macacão de voo em tecido meta aramida (referência NOMEX® ou equivalente) com propriedades antichama na cor verde sávia (Sage Green), composição do tecido 92 a 93% de fibra meta-aramida, 5% para aramida e 2 a 3% de fibras anti-estáticas conforme especificações técnicas e militares internacionais FNS/PD 96-17 (MIL-C - 83141A) ou similar desde que comprovada. A composição básica do macacão será constituída conforme consagrado modelo CWU27/P, com seis bolsos primários, cinto com velcro ajustável, compartimento para canivete na perna esquerda, bolso na manga esquerda e costura reforçada na parte traseira conforme descrição detalhada abaixo; DESCRIÇÃO a) Composição da Fibra: Tecido composto por 93% de fibra Meta Aramida, 5% Para-Aramida e 2% Fibra antiestática, padrão de tecelagem COMFORT, conforme normas UNE 40-110-94 DIN 54221:1975 ou AATCC 20:2013 e AATCC 20A: 2014, antichama, em construção tipo tela (tafetá) 1x1 plana, com fios de 2/72 no urdume e	unit	100

Identificador de autenticação: 57fb6fd3-74f3-4f65-8d16-c24aa46ebffc

Nº do Protocolo: 2025/2801930

Anexo/Sequencial: 41

Página 17 de 24



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

		<p>trama, conforme normas UNE 40017:1982;4061:1980 e UNE 40600-1:1996 ou (NBR 12996/93 e BR12546/91). Densidade: construção de 28 fios/cm no urdume e 28 fios/cm na trama, $\pm 1\%$, que permite o perfeito equilíbrio da fibra durante o uso, conforme norma UNE EN 1049-2:1995 B; com gramatura de $165 \text{ g/m}^2 \pm 2\%$, conforme Norma ABNT NBR 10591/08 ou UNE - EN 12127:1998.</p> <p>b) Resistência de ruptura: à tração no urdume de no mínimo 92,0 daN e na trama de no mínimo de 85,0 daN, conforme norma UNE EN 13934-1:1999 ou EN ISO 13934-1:2013 ou EN ISO 13934-1:2016; ao rasgo $\geq 30 \text{ N}$ no urdume e na trama, sem rasgar, conforme norma UNE EN ISO 13937-3:2001 ou ASTM-D2261/13; na costura resistência $\geq 45 \text{ daN}$ no urdume $\geq 40 \text{ daN}$ na trama, conforme norma EN ISO 13935-2:2014.</p> <p>c) Resistência de alongamento: Alongamento mínimo de 40% no urdume e de 35% na trama, com a tolerância de - 2% na inferior e 0% na superior, conforme norma UNE EN 13934-1:1999 ou EN ISO 13934-1:2013; sua estabilidade dimensional da trama $\leq 2,5 \%$ e no urdume $\leq 3,0\%$; conforme norma STANDARD UNE EN ISO 5077/2008; 6330:2001; 3759/2008 ou EN ISO 5077:2008</p> <p>d) Solidez de cor: quanto à lavagem alteração ≥ 4, conforme norma UNE EN ISO 105-C06:2010; solidez de cor à luz (100 horas) $\geq 4,0$, conforme norma UNE EN ISO 105-B02:2002; à fricção no urdume e na trama transferência entre 4-5 (úmido e seco) conforme norma UNE EN ISO 105-X12:2003 ou ISO 105-X12:2016, ao suor alteração entre 4-5 (ácido e alcalino), conforme norma EN ISO 105-E04:2013; à água transferência 5, conforme norma EN</p>		
--	--	---	--	--

Identificador de autenticação: 57fb6fd3-74f3-4f65-8d16-c24aa46ebffc

Nº do Protocolo: 2025/2801930

Anexo/Sequencial: 41

Página 18 de 24



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

		<p>ISO 105-E01:2013; ao solvente orgânico transferência 5, conforme norma UNE EN ISO 105-X05:1997 e permeabilidade do ar ≥ 130 mm/s, conforme norma EN ISO 9237:1995.</p> <p>e) Flamabilidade: da fibra (propagação limitada à chama) conforme teste realizado de laboratório e em campo de provas a resistência a propagação de chamas aberta (10 seg.), obter os seguintes resultados: não pode inflamar até as bordas superiores e laterais; não deve haver resíduos em chama e não deve desprender restos carbonizados ou fundidos, não deve propagar-se para além da área carbonizada em direção à zona não danificada após o término da chama e não deve ser superior a 0,0 segundos na pós queima e incandescência; os resultados a serem obtidos para Índice de transferência de térmica (ITT) por convecção deverão ser ≥ 3 com tempo ≥ 3 segundos para 12° C e ≥ 5 com tempo ≥ 4 segundos para 24° C, e para calor irradiante, o tempo máximo para o 1° nível de transferência de calor deverá ser $\geq 9,0$ segundos (20 Kw/m²) e para a 2° nível de transferência de calor $\geq 16,0$ segundos (20 Kw/m²), FTTmáx $\leq 45\%$ (Fator Transmissão Térmica) com tolerância de $\pm 2\%$; e o calor transferido por contato deverá ser $\geq 6,0$ segundos a 250° Celsius, sem tolerância superior e - 0,3 seg na inferior; conforme Norma UNE EN ISO 15025 ou ASTM D 6413/11: Caso o produto tenha procedência importada, deverá apresentar declaração do fabricante apresentando propriedades similares ou superiores.</p> <p>f) Formação de pilling (a 35.000 ciclos) ≥ 4, conforme norma UNE EN ISO 12945-1:2001, formação de pilling (a 2.000 ciclos) ≥ 4; conforme norma EN ISO 12945-2:2001;</p>		
--	--	---	--	--

Identificador de autenticação: 57fb6fd3-74f3-4f65-8d16-c24aa46ebffc

Nº do Protocolo: 2025/2801930

Anexo/Sequencial: 41

Página 19 de 24



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

		<p>dissipação de carga por indução (sem e com pré-tratamento) $t_{50} < 0,02$ seg e $S > 0,5$, conforme norma EN 1149-3:2004 e EN 1149-5:2008.</p> <p>g) Cor: verde sávia (sage green) deverá ser aplicada pelo método de tintura em massa e deverá ter tratamento contra raios ultravioleta com classificação 50 +, conforme norma AS:NZS 4399:2017.</p> <p>h) Zíper confeccionado em fibras sintéticas com propriedades permanentes inibidoras de chama, conforme Norma YFS M0510 M-F-26, tendo como referência as Normas FMVSS302, ISO-3795, JISD1201. A resistência a chama do velcro deve estar de acordo com a Norma YFS M0510 M-F-26.</p>		
2		<p>5.3.2. LUVA DE VÔO RESISTENTE A CHAMAS:</p> <p>a) Fibra Aramida na cor verde sávia, 100% antichama, antiácido, para utilização em áreas com risco de incêndio, explosões, e produtos químicos. A constituição da fibra é de microfilamento contínuo composta de 92% a 93% de fibra Aramida, 5% de fibra para-aramida e 2% de fibra antiestática. Conforme normas AATCC 20/18 e 20A/18 ou UNE EN ISO 1833-15:2020.</p> <p>b) O peso da fibra é de + ou - 160,0 g/m² (conforme gramatura DMI 005 – Me ou Norma ABNT NBR 10591/08 ou UNE-EN 12127:1998) com resistência de rasgamento de 9,0 daN, conforme norma ASTM D 2261 ou equivalente;</p> <p>c) Espessura da fibra externa é de 0,33mm. Conforme DMI 006 – Me ou NBR 13371/05 ou UNE-EN ISO 5084:1997 ou NBR 13383;</p> <p>d) Densidade: Urdume 27,6 fios, Trama 27,00 fios. Conforme DMI 003 – Me ou NBR 10588/08 ou UNE-EN 1049-2:1995;</p> <p>e) Resistência a tração: Urdume</p>	unit	100

Identificador de autenticação: 57fb6fd3-74f3-4f65-8d16-c24aa46ebffc

Nº do Protocolo: 2025/2801930

Anexo/Sequencial: 41

Página 20 de 24



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

		<p>958,0N (97,6Kgf), Trama 907,7 N (92,5Kgf). conforme DMI 007 – Me ou ISO 13934-1 ou ABNT NBR 11912 ou equivalente;</p> <p>f) Estabilidade dimensional menor/igual a 2,5%. Conforme DMI 015 – ME ou NBR10320/88;</p> <p>g) Flamabilidade: maior ou igual a 19 segundos a temperatura de 1100OC. Após esta temperatura e tempo de exposição, a fibra enrijece e trinca, não aderindo à pele. Conforme DMI 018 – ME ou Norma UNE EN ISO 15025 ou ASTM D 6413/11);</p> <p>h) Extinção de Chama (DMI 025-ME ou equivalente), menor/igual a 2 seg;</p> <p>i) Solidez de cor a lavagem: Alteração = 5; Transferência: =5. Conforme norma ABNT NBR ISO 105-C06 ou equivalente.</p> <p>j) COMPOSIÇÃO DO COURO Couro macio (pelica) na espessura 0,8mm, tratado para permitir sensibilidade para uso por pilotos, tripulantes operacionais e mecânicas de aeronaves.</p>		
	3	<p>5.3.3. BONÉ DE VOO OPERACIONAL</p> <p>a) Boné modelo ciclista chapadinho (sem botão de centro), formado por aba e seis partes de tecidos costurados, confeccionado no mesmo tecido e cor do macacão de voo (verde sávia), aba cursa e arredondada, sendo que 30% da quantidade adquirida deverá, deverá ter bordado do tipo “ramos de louro” com folhas continuas na aba.</p> <p>b) De acordo com a necessidade, no máximo 30% da quantidade total dos bonés, deverá ter bordado do tipo “ramos de louro” com folhas continuadas na aba.</p> <p>c) Para evitar diversos problemas constatados em outros órgãos e até mesmo em compras anteriores do Grupamento Aéreo, antes de solicitar o envio do quantitativo, a contratante poderá solicitar, uma unidade</p>	unit	100

Identificador de autenticação: 57fb6fd3-74f3-4f65-8d16-c24aa46ebffc

Nº do Protocolo: 2025/2801930

Anexo/Sequencial: 41

Página 21 de 24



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

	(conforme a marca ou fabricação adotada), para servir de molde (podendo sugerir adequações) e propiciar a escolha do quantitativo além de avaliar a qualidade, conforme definido no Termo de Referência, podendo ser solicitado outros se não houver adequação da amostra enviada. d) A circunferência (tamanho) deve ser composta de regulagem de 55cm a 62cm aproximadamente, com cinta ajustadora de regulagem em velcro macho e fêmea na parte inferior traseira, com aproximadamente 2,5cm de largura; e) A largura máxima da aba deve ser de aproximadamente 17,5cm; f) A distância frontal da aba deve ser aproximadamente 7cm; g) Todo o contorno inferior deverá ter embainhado carneira do próprio tecido com aproximadamente 3 cm de largura.																										
6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO																											
6.1. MEIOS USADOS NA PESQUISA	<input type="checkbox"/> Painel de preços. <input type="checkbox"/> Contratações similares. <input type="checkbox"/> Simas. <input checked="" type="checkbox"/> Fornecedores. <input type="checkbox"/> Internet. <input type="checkbox"/> Outro. Especificar:																										
6.2. ESTIMATIVA DE PREÇO	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr style="background-color: #FFD700;"> <th style="width: 5%;">Item</th> <th style="width: 45%;">Descrição</th> <th style="width: 15%;">Valor Unitário</th> <th style="width: 5%;">Qt d</th> <th style="width: 30%;">Valor Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;">1</td> <td>MACACÃO DE VOO</td> <td style="text-align: right;">R\$ 2343,34</td> <td style="text-align: center;">100</td> <td style="text-align: right;">R\$ 234.334,00</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">2</td> <td>LUVA DE VÔO RESISTENTE A CHAMAS</td> <td style="text-align: right;">R\$ 463,34</td> <td style="text-align: center;">100</td> <td style="text-align: right;">R\$ 46.334,00</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">3</td> <td>BONÉ DE VOO OPERACIONAL</td> <td style="text-align: right;">R\$ 143,34</td> <td style="text-align: center;">100</td> <td style="text-align: right;">R\$ 14.334,00</td> </tr> <tr> <td colspan="4" style="text-align: right; font-weight: bold;">TOTAL</td> <td style="text-align: right; font-weight: bold;">R\$ 295.000,00</td> </tr> </tbody> </table>		Item	Descrição	Valor Unitário	Qt d	Valor Total	1	MACACÃO DE VOO	R\$ 2343,34	100	R\$ 234.334,00	2	LUVA DE VÔO RESISTENTE A CHAMAS	R\$ 463,34	100	R\$ 46.334,00	3	BONÉ DE VOO OPERACIONAL	R\$ 143,34	100	R\$ 14.334,00	TOTAL				R\$ 295.000,00
Item	Descrição	Valor Unitário	Qt d	Valor Total																							
1	MACACÃO DE VOO	R\$ 2343,34	100	R\$ 234.334,00																							
2	LUVA DE VÔO RESISTENTE A CHAMAS	R\$ 463,34	100	R\$ 46.334,00																							
3	BONÉ DE VOO OPERACIONAL	R\$ 143,34	100	R\$ 14.334,00																							
TOTAL				R\$ 295.000,00																							
7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO																											
<input checked="" type="checkbox"/> Sim.																											
<input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Objeto indivisível. <input type="checkbox"/> Perda de escala.																											

Identificador de autenticação: 57fb6fd3-74f3-4f65-8d16-c24aa46ebffc

Nº do Protocolo: 2025/2801930

Anexo/Sequencial: 41

Página 22 de 24



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

7.1. A SOLUÇÃO SERÁ DIVIDIDA EM ITENS?		Por quê? <input type="checkbox"/> Tecnicamente inviável. <input checked="" type="checkbox"/> Economicamente inviável.	<input type="checkbox"/> Aproveitamento da competitividade. <input type="checkbox"/> Outro. Especificar: xxxxxxxxx
8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES			
8.1. HÁ CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES	<input type="checkbox"/> Sim. Especificar: xxxxxxxxxxxxxx <input checked="" type="checkbox"/> Não.		
9. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO			
9.1. HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL?	<input type="checkbox"/> Especificar item do PCA: xxxxxxxxx Sim. <hr/> Providências: <input checked="" type="checkbox"/> 9.1.1. A presente contratação trata-se de uma aquisição do FESPDS, sendo que essa contratação é prevista no Plano de Ação de 2021, por meio de plano substitutivo.		
10. RESULTADOS PRETENDIDOS			
10.1. QUAIS OS BENEFÍCIOS PRETENDIDOS NA CONTRATAÇÃO?	<div style="display: flex; flex-wrap: wrap;"> <div style="width: 50%;"> <input type="checkbox"/> Manutenção do Funcionamento Administrativo <input checked="" type="checkbox"/> Redução dos Riscos do Trabalho <input type="checkbox"/> Serviço/Bem de Consumo <input type="checkbox"/> Outro. Especificar: xxxxxxxxxxxxxx </div> <div style="width: 50%;"> <input type="checkbox"/> Redução de Custos <input type="checkbox"/> Aproveitamento de Recursos Humanos <input checked="" type="checkbox"/> Ganho de Eficiência <input type="checkbox"/> Realização de Política Pública </div> </div>		
11. PROVIDÊNCIAS PENDENTES			
11.1. HÁ PROVIDÊNCIAS PENDENTES PARA O SUCESSO DA CONTRATAÇÃO?	<input type="checkbox"/> Sim. Especificar: xxxxxxxxxxxxxx <input checked="" type="checkbox"/> Não. 11.1.1. Não serão necessárias atividades de adequação do ambiente que sejam necessários ser pormenorizados nesse Estudo Técnico Preliminar.		



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	
12.1. HÁ PREVISÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NA CONTRATAÇÃO?	<input type="checkbox"/> Sim
	Especificar os impactos: xxxxxxxxxxxx
	Especificar as medidas de mitigação dos impactos: xxxxx
	<input checked="" type="checkbox"/> Não. 12.1.1. Quanto aos aspectos de sustentabilidade na gestão do contrato e considerando o disposto no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, verificou-se e que este objeto não possui parâmetros de sustentabilidade para serem aplicados no processo licitatório em questão em específico, além dos exigidos pelos Órgãos de Controle. Assim, ao se exigir que a contratada se responsabilize em estar em acordo com as exigências da agência reguladora, já satisfaz as condições de sustentabilidade aplicadas à essa questão, conforme: Respeitar e fazer cumprir a legislação de proteção ao meio ambiente, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes; respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
13. CONCLUSÃO	
13.1. A CONTRATAÇÃO POSSUI VIABILIDADE TÉCNICA, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. 13.1.1. No estudo Técnico Preliminar indica que esta contratação é perfeitamente viável e que maximiza a probabilidade de alcance dos resultados pretendidos. <input type="checkbox"/> Não.

Belém (PA), 05 de dezembro de 2025.

--- assinatura digital ---
FERNANDO DE SOUZA ROCHA
Assessoria/GRAESP



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Prezados Senhores,

Declaramos ter total conhecimento do edital e anexos do Pregão Eletrônico nº 90001/2026 – FESPDS/PA, estando de pleno acordo com as condições estabelecidas no mesmo, com o qual concordamos integralmente.

Apresentamos nossa Proposta de Preços para Aquisição de macacão de voo luvas de voo e cobertura, tipo boné, para atender as necessidades do Grupamento Aéreo do Estado do Pará, conforme as quantidades e especificações contidas no Termo de Referência, oriundo do Termo de Adesão n ° 28/2021.

LOTE				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	VL UNITÁRIO ESTIMADO	VL. TOTAL ESTIMADO
01	Macacão de Voo, antichamas, conforme consta no Termo de Referência.	100	R\$ XXXXXXXXX	R\$ XXXXXXXXX
02	Luvas de Voo, antichamas, conforme consta no Termo de Referência.	100	R\$ XXXXXXXXX	R\$ XXXXXXXXX
03	Boné de Voo Operacional, conforme consta no Termo de Referência.	100	R\$ XXXXXXXXX	R\$ XXXXXXXXX
VALOR TOTAL LOTE				R\$ XXXXXXXXX

- 1 - Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias;
- 2 - A execução do serviço ocorrerá de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 90001/2026-FESPDS/PA;
- 3 - Estão Inclusos no preço todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, insumos, serviços e encargos sociais.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

MODELO PARA APRESENTAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS

CNPJ / CPF:

Razão social / nome:

Endereço com./res:

Município:

UF:

Inscrição municipal:

Inscrição estadual:

Conta corrente nº Cód. Do Banco:

Sigla:

Nome/Número da agência:

Contatos:

E-mail:

Nome do representante que assinará o contrato:

Cargo que ocupa

Estado civil:

Identidade nº:

Cpf nº:

Nacionalidade:

Profissão:

Endereço residencial:

Contatos:

E-mail:

Local e Data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA
Identificação e qualificação do subscritor



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

xxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sediada xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, n.º xx, bairro xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CEP xxxxx-xxx, em xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por intermédio de seu representante legal, o Sr. (a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, infra-assinado, portador da Cédula de Identidade RG nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e do CPF xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, DECLARA expressamente que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e Data _____

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA
Identificação e qualificação do subscritor



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA EMENDA CONSTITUCIONAL ESTADUAL N.º 42/2008

(Nome da empresa) _____, CNPJ nº
_____, sediada (endereço completo) _____,
declara, sob as penas da Lei, que:

() Possui no quadro de empregados um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de
pessoas com deficiência;

() Possui em seu quadro menos de 20 (vinte) funcionários.

Cidade - UF, _____ de _____ de 2026.

(nome e número da identidade do declarante)

Obs.: Esta declaração deverá ser em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s)
seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador(es) devidamente habilitado(s).



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026-SEGUP/PA

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARÁ, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, ATRAVÉS DO FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL/FESPDS, E A EMPRESA XXXXXXXX, DA FORMA COMO ABAIXO MELHOR SE INFERE.

A SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, através do FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL/FESPDS, com sede na Avenida Almirante Barroso, 735, CEP. 66.093.031, nesta cidade, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 35.516.470/0001-97, neste ato representado pelo Secretário Executivo, **Sr. FRANCISCO GILVAN LOPES DA NOBREGA JÚNIOR**, MF nº 5673836-1, nomeado pela Portaria nº 940/2025-CCG/PA, de 10 de Abril de 2025 (DOE nº 36.195 de 11 de Abril de 2025), doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede em XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXXXXX, E-mail: XXXXXXXXXXXXXXXX, Telefone: (XX) XXXX-XXXX, neste ato representada pelo **Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro (a), cargo XXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo nº 2025/2801930** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026/FESPDS/PA**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a aquisição de macacão de voo, luvas de voo e cobertura, tipo boné, para atender as necessidades do Grupamento Aéreo do Estado do Pará, conforme as



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

quantidades e especificações contidas no Termo de Referência, com recursos provenientes do Plano de Aplicação, oriundo do Termo de Adesão nº 28/2021;

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. A Proposta da Contratada;

1.2.3. A Proposta da Contratada;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1. Este contrato decorre do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026/FESPDS/PA**, referente ao **Processo Eletrônico nº 2025/2801930**, possuindo fundamentação nas disposições contidas na seguinte legislação: Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); subsidiariamente a Lei nº 8.078/90 (Dispõe sobre a proteção do consumidor); Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e a Portaria nº 046/2025-SEGUP/PA de 22 de Abril de 2025 (DOE nº 36.206 de 23 de Abril de 2025), aos quais CONTRATANTE e CONTRATADA estão sujeitas;

2.2. De acordo com a **Portaria nº 042/2025-GAB.SEC/SEGUP, de 15 de Abril de 2025 (DOE nº 36.202 de 17 de Abril de 2025)**, o Secretário Executivo do FESPDS, têm competência para assinar este Contrato e seus documentos decorrentes em nome do Fundo Estadual de Segurança Pública, como Ordenador de Despesas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O presente Contrato terá seu prazo de vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de assinatura do contrato, na forma disposta no art. 105, da Lei nº 14.133/21;

3.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/21;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

3.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DESCRIÇÃO

4.1. O valor global do presente contrato é de **R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA.

4.2. Descrição do objeto conforme especificações abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	VALOR UNITÁRIO
01	MACACÃO DE VOO, ANTICHAMAS , conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência - Anexo I do Edital, Proposta da Contratada, Edital e seus demais anexos.	100 UND	R\$ XXXX
02	LUVAS DE VOO, ANTICHAMAS , conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência - Anexo I do Edital, Proposta da Contratada, Edital e seus demais anexos.	100 UND	R\$ XXXX
03	BONÉ DE VOO OPERACIONAL , conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência - Anexo I do Edital, Proposta da Contratada, Edital e seus demais anexos.	100 UND	R\$ XXXX
VALOR GLOBAL R\$ XXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)			

PARÁGRAFO ÚNICO – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO

5.1. Os bens devem ser totalmente entregue de uma só vez, no **prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis**, contados da assinatura do contrato, prazo este que poderá ser prorrogado a critério da administração, sendo tais prazos registrados e acompanhados pelo FISCAL DO CONTRATO;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

5.2. O bem deve ser entregue no Hangar do Grupamento Aéreo de Segurança Pública do Estado do Pará, situado a Av. Júlio César, Aeroporto Internacional de Belém, s/nº, Setor de hangares, hangar do GRAESP, Belém-Pará, em dias úteis, no horário comercial.

5.3. O objeto será entregue pela Contratada, pelo preço contratado, sem nenhum custo adicional (seguros, impostos e taxas, transporte, frete ou qualquer outro encargo necessário à execução do objeto do Contrato), conforme a necessidade do Contratante e mediante Autorização de Fornecimento/Contrato.

5.4. Na entrega do objeto a Contratante poderá solicitar documentos adicionais, tais como laudos, certificados e ensaios, desde que previstos no edital.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DO BEM E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

6.1. DA GARANTIA DO BEM:

6.1.1. A Contratada deverá prestar garantia dos bens por, no mínimo, **12 (doze) meses**, contra quaisquer tipos de defeitos e/ou falha de costura e/ou fabricação quando em condições normais de uso, contados a partir da data efetiva de entrega.

6.2.1. A cobertura da garantia por parte do fabricante está limitada ao que constar no Termo de garantia ou equivalente do produto, não conflitando com o Código de Defesa do Consumidor.

6.2. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

6.2.1. A contratada prestará assistência técnica em relação ao bem indicado, durante **12 (doze) meses**, a partir do seu recebimento pela contratante, por meios próprios, sem custo para a administração pública

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

PARAGRAFO ÚNICO - A fusão, cisão ou incorporação só será admitida, com o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE, desde que não afete a boa execução do Contrato.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado à Contratada até o **30º (trigésimo) dia** após a apresentação da respectiva Nota Fiscal do fornecimento dos materiais objetos deste instrumento contratual, junto ao qual deverão estar anexadas às Notas Fiscais e às Certidões de regularidade, a fim de que as mesmas possam ser aceitas e atestadas pelo respectivo fiscal do contrato e confecção do Termo de Recebimento do Material;

8.2. O pagamento acima referenciado será creditado em favor do fornecedor, através de ordem bancária, em conta corrente aberta, preferencialmente, no **Banco do Estado do Pará-BANPARÁ**, deixando bem claro pela CONTRATADA os números da respectiva agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

8.4. Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal os seguintes documentos, se exigidos pela CONTRATANTE:

- a) Certidão Negativa de Débito do INSS, devidamente atualizada;
- b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- c) Certidão Conjunta de Regularidade com a Fazenda Federal (Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União da Fazenda Federal), Estadual e Municipal.

8.5. A não apresentação da Certidão Negativa de Débito do INSS, bem como do Certificado de Regularidade do FGTS e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis;

8.6. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante;

8.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

8.8. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa e o contraditório;

8.9. Concomitante à notificação à CONTRATADA, para que realize a regularização, a CONTRATANTE oficiará a ocorrência ao INSS, no caso da CND, à Caixa Econômica Federal, no caso do CRF, e à Receita Federal, no caso de CND relativa aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

8.10. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante;

8.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação;

8.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no art. 31 da Lei 8.212/93, quando couber;

8.13. Caso o objeto deste Contrato seja recusado e/ou o documento fiscal apresente alguma incorreção, será considerado como não entregue e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização, observado os prazos dispostos neste Contrato;

8.14. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de Carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação;

8.15. Correrão por conta da CONTRATADA o ônus do prazo de compensação e todas as despesas bancárias decorrentes da transferência de crédito;

8.16. A CONTRATANTE efetuará as retenções dos tributos incidentes no faturamento, de acordo com a legislação vigente. O CNPJ, que deverá constar nas Notas Fiscais, deverá ser o mesmo CNPJ que a Contratada utilizou neste Contrato;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

- 8.17.** A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero;
- 8.18.** Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas;
- 8.19.** A qualquer tempo o órgão Contratante poderá solicitar a apresentação do CRF relativo ao FGTS, bem como, todos os demais documentos constantes da fase de habilitação.
- 8.20.** No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha(m) concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo órgão solicitante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = (TX/100) 365 \quad I = (6/100) 365 \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

- 8.21.** Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Contratante, em favor do fornecedor. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário;
- 8.22.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

9.1. Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de 12 (doze) meses e serão realizados pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro índice oficial pertinente a natureza do objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO

10.1. Será admitido o requerimento de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, cabendo a Contratante decidir a respeito no prazo de um mês, passível de prorrogação motivada por igual período, consoante teor do art. 123, p. único, da Lei Federal nº 14.133/21

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA CONTRATUAL

11.1. Fica a Contratada obrigada a prestar garantia, nos termos do art. 98 da Lei nº 14.133/21, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, em uma das modalidades previstas no art. 96, §1, da mencionada lei, ficando retida até o término dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. São obrigações do Contratante:

12.1.1. Providenciar a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Estado.

12.1.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contratual;

12.1.3. Promover o recebimento do objeto, rejeitando o que estiver em desacordo com o exigido no Termo de Referência do Edital;

12.1.4. Efetuar o pagamento do preço ajustado na forma, prazos e condições previstas neste instrumento contratual;

12.1.5. Designar servidor(es) para acompanhar a execução do Contrato;

12.1.6. Comunicar a Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do presente instrumento contratual;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

12.1.7. Exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da Contratada que não mereça a sua confiança ou embarace a fiscalização ou ainda que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;

12.1.8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Contrato e demais instrumentos que expressamente se vinculam;

12.1.9. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na execução do objeto contratual, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.1.10. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme dispõe o art. 143 da Lei nº 14.133/21;

12.1.11. Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;

12.1.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

12.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e demais instrumentos que expressamente se vinculam, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo, quantidades e local constantes no presente instrumento contratual e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

- 13.1.2.** Comunicar ao Contratante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 13.1.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/21) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 13.1.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.1.6.** Responsabilizar-se pelas despesas de fretes, taxas e eventuais onerações que incidam sobre o objeto contratado;
- 13.1.7.** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados, sejam por dolo ou culpa na execução do Contrato, relacionados com o objeto deste instrumento contratual, indenizando a Contratante, seus servidores e ou terceiros;
- 13.1.8.** Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do Contratante;
- 13.1.9.** Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionada a essa contratação, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;
- 13.1.10.** Assumir responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais decorrentes da adjudicação do Pregão que originou o presente Contrato;
- 13.1.11.** A Contratada não poderá subcontratar, transferir ou ceder a terceiro, no todo ou em parte, o objeto do contrato;
- 13.1.12.** Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações;
- 13.1.13.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

13.1.14. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

13.1.14.1. A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pela Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a Contratada designar outro para o exercício da atividade;

13.1.15. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, consoante o disposto no art. 137, II, da Lei nº 14.133/21;

13.1.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.1.17. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/21;

13.1.18. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

13.1.18.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

13.1.18.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

13.1.18.3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

13.1.18.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

13.1.18.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

13.1.19. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

13.1.20. Promover a guarda, manutenção e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

13.1.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

13.1.22. Submeter previamente, por escrito, a Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

13.1.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.1.24. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, consoante o disposto no art. 116, da Lei nº 14.133/21;

13.1.25. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme disposto no art. 116, parágrafo único. da Lei nº 14.133/21;

13.1.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do presente instrumento contratual;

13.1.27. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, da Lei nº 14.133/21;

13.1.28. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, a Contratada que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.2.1. Advertência pela falta do subitem 12.1.1 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.2.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta da Contratada, por qualquer das infrações dos subitens de 12.1.1 a 12.1.12;

14.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.1 a 12.1.7 deste instrumento contratual, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, no caso dos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a CONTRATANTE;

14.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21);

14.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21);

14.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

14.7. A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21;

14.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente;

14.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, em prazo estipulado pela Administração Pública, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

14.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.11. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

14.13. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

14.14. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal;

14.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;

14.16. Os débitos da Contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto;

15.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato;

15.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

- a)** ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b)** poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

15.3. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem;

15.3.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da Contratada pela Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia;



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

15.3.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

15.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137, da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

15.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

15.5.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

15.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.6.3. Indenizações e multas.

15.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133/21).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. Todas as despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Termo de Adesão nº 028/2021, com recurso do Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - FESPDS, representados pela seguinte dotação orçamentária:

Previsão Orçamentária: Investimento.

Unidade Orçamentária: 21106

Programa de Trabalho: 06.181.1510.8993.10

Fonte de Recurso: 01759000077 (Recurso Próprio - Ordinário)

02759000077 (Recurso Próprio - Superávit)

Conta do Recurso: AG. 1674- 8 - CONTA 13.172-5

Natureza de Despesa: 333903023



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

17.1. A minuta deste Contrato foi aprovada pela Consultoria Jurídica da SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SEGUP/FESPDS conforme **Parecer Jurídico Nº XXX/2025-CONJUR**, consoante com o art. 53, da Lei n.º 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

18.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade dos bens recebidos e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados;

18.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato;

18.3. A verificação da adequação do objeto deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência;

18.4. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do objeto contratual, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na legislação;

18.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

18.6. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela(s) contratada(s) ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento contratual e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual;

18.7. A Contratante reserva-se o direito de recusar-se a atestar a Fatura/Nota Fiscal se, no ato da apresentação, os bens entregues que não estiverem de acordo com a descrição apresentada e aceita;

18.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da(s) contratada(s), inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme versa a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS ALTERAÇÕES

20.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/21;

20.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

20.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

21.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).



Governo do Estado do Pará
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

22.1. O presente Contrato será publicado sob forma de extrato no Diário Oficial do Estado do Pará, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data de sua assinatura, de conformidade com o que dispõe o Art. 28, § 5º, da Constituição Estadual.

22.2. Incumbirá a Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. E por assim acordarem, as partes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas neste Contrato que, lido e achado conforme, vai assinado em 02 (duas) vias, pelos representantes e testemunhas a seguir.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO

24.1. É competente o Foro da Justiça Estadual, Estado do Pará, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Belém/PA, XX de XXXXX de 2026.

FRANCISCO GILVAN LOPES DA NOBREGA JÚNIOR
FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL- FESPDS
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF: _____

2. _____
CPF: _____